



REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE

2015

Orçamento Rectificativo

Panorama Orçamental

Prefácio

A Lei Orgânica do Ministério das Finanças especifica que a Direcção Nacional do Orçamento é responsável por recolher e gerir informações financeiras relacionadas com o sector público, bem como por publicar os resultados.

De acordo com esta provisão, e tendo por intuito melhorar a transparência das finanças públicas, o Ministério das Finanças vem publicar o presente Orçamento de Estado Rectificativo de 2015, conforme apresentado pelo Executivo ao Parlamento Nacional.

A documentação referente ao Orçamento de Estado Rectificativo de 2015 consiste na proposta de Lei Orçamental e no presente livro orçamental de apoio. Este livro orçamental contém informações e análises sobre a economia, despesas, receitas e financiamento. Delineia igualmente as despesas que o Governo fará em 2015 e apresenta justificações para estas despesas.

A documentação orçamental está disponível no sítio do Ministério das Finanças (www.mof.gov.tl). Quaisquer dúvidas relativamente a esta publicação devem ser dirigidas ao Director Nacional do Orçamento, Sr. Salomão Yaquim, através do correio electrónico syaquim@mof.gov.tl ou do número de telefone +670 333 9518.

Numa altura em que Timor-Leste diz “Seja um bom cidadão, seja um novo herói para a nossa Nação”, considero que o presente documento irá aumentar o conhecimento sobre as finanças e políticas do Governo, dotando os cidadãos, a sociedade civil e os parceiros de desenvolvimento de informações detalhadas sobre o orçamento.

Santina J R F. Viegas Cardoso

Ministra das Finanças

Índice

Parte 1: Discurso do Primeiro-Ministro.....	3
Parte 2: Descrição e Análise do Orçamento de Estado Rectificativo de 2015.....	4
2.1 Sumário Executivo	4
2.2.1 Economia Internacional.....	6
2.2.2 Economia Doméstica.....	8
2.3 Despesas	12
2.3.1 Alterações na Estrutura de Governo.....	12
2.3.2 Despesas governamentais por Fundo	17
2.4 Receitas e Investimentos	22
2.4.1 Receitas Domésticas	23
2.4.2 Receitas Petrolíferas.....	24
2.4.3 Fundo Petrolífero	26
2.5 Financiamento.....	30
Annex A: Instituições Afectadas	31
Parte 3: Lei do Orçamento de Estado Rectificativo de 2015	35
Parte 4: Documentação Adicional de Apoio.....	60
4.1 Justificação para Transferências a partir do Fundo Petrolífero	60

Parte 1: Discurso do Primeiro-Ministro

O discurso do Primeiro-Ministro será inserido na versão final do Livro do Orçamento de Estado Rectificativo de 2015 após ser proferido no Parlamento Nacional.

Parte 2: Descrição e Análise do Orçamento de Estado Rectificativo de 2015

2.1 Sumário Executivo

O Governo está empenhado em sustentar um crescimento económico de alta qualidade, reduzir a pobreza e prestar serviços efectivos. O presente Orçamento de Estado Rectificativo de 2015 propõe uma nova estrutura otimizada de Governo a fim de concretizar estes objectivos. O orçamento faz igualmente a dotação de verbas para financiar esta nova estrutura.

O Governo optimizou a estrutura de Governo de modo a criar uma administração menor, mais eficiente e mais efectiva. Esta optimização da estrutura de Governo deve igualmente servir para melhorar a coordenação entre ministérios, bem como a formulação e implementação de políticas. Esta nova estrutura optimizada de Governo contém três elementos principais:

- **Melhoria da formulação e implementação de políticas em todo o Governo**, por via do estabelecimento de três novos Ministros de Estado para coordenar os assuntos sociais, os assuntos económicos e as questões administrativas;
- **Fortalecimento do planeamento a longo prazo**, através do estabelecimento de um novo Ministério de Planeamento Estratégico e Investimento;
- **Redução do desperdício e aumento da eficiência administrativa**, por via da redução do número total de membros do executivo de 55 para 38.

A secção deste livro do orçamento rectificativo sobre despesas contém detalhes sobre as funções e finanças de todos os novos ministérios. Apresenta também uma lista completa de todos os gabinetes, posições e ministérios que foram encerrados e/ou combinados com outros. As funções essenciais destas posições e órgãos de Governo foram redistribuídas para outros ministérios e secretarias de estado. O Governo identificou igualmente funções desempenhadas por estes gabinetes que não eram essenciais para a prestação de serviços, para o funcionamento da economia ou para a administração do estado. O Governo deixou de financiar estas funções não-essenciais, de modo a garantir uma boa relação qualidade-custo e a controlar os custos administrativos. Estas poupanças serão utilizadas para financiar novas medidas (delineadas na secção deste livro orçamental sobre despesas).

A tabela 2.1.1 mostra uma tabela fiscal padrão para o Orçamento Rectificativo de 2015. Este orçamento rectificativo não propõe quaisquer alterações ao nível global de despesas ou de financiamento. Mais especificamente, o presente orçamento rectificativo não altera as

estimativas de receitas domésticas, rendimento sustentável estimado (RSE), levantamentos excessivos, uso de saldos de dinheiro e empréstimos.

Uma vez que este Orçamento Rectificativo de 2015 não altera o montante global das despesas ou a forma como estas são financiadas, o Governo considera que o presente orçamento rectificativo não afecta de forma significativa a sustentabilidade fiscal, o crescimento económico ou a inflação no curto a médio prazo. Deste modo, a análise detalhada destes factores feita no Livro 1 do Orçamento de Estado para 2015 continua a ser relevante. Esta análise mostra que as políticas governamentais são consistentes com uma movimentação rumo a uma baixa inflação e a um crescimento económico de qualidade elevada conduzido pelo sector privado. Para além, a optimização do Governo pode melhorar ainda mais a prestação de serviços e o crescimento económico a longo prazo.

O Orçamento de Estado 2015 prevê que as receitas petrolíferas provenientes de Bayu-Undan e Kitan desçam de 1,7 mil milhões de dólares em 2014 para 1,4 mil milhões de dólares em 2015. No entanto, a receita actual de petróleo para 2014 foi de 1,8 biliões em 2014, 6,6% mais alta do que o estimado no Orçamento de Estado 2015. O Rendimento Sustentável Estimado (RSE) só é actualizado uma vez por ano de acordo com a disponibilização de dados sobre produção, custo e projecções de preço do petróleo a longo prazo. Nesse sentido, a nova informação obtida sobre um maior rendimento petrolífero actual será tomada em conta quando se calcule o RSE para o ano Orçamento de Estado de 2016. O RSE presente no Orçamento de Estado de 2015 não reflecte a caída significativa dos preços do petróleo desde Junho de 2014 que poderiam induzir uma queda nas receitas petrolíferas totais de 40 por cento em relação ao estimado no Orçamento de Estado.

Concluindo, o presente orçamento rectificativo financia uma nova estrutura optimizada de Governo, sem com isso aumentar o nível global das despesas.

Tabela 2.1.1 Tabela Fiscal (milhões de dólares)

	Orçamento para 2014	Original incluindo transporte	Alteração em 2015 devido à Rectificação	Orçamento final para 2015
Total das Despesas	1.500,0	1.570,0	(0,0)	1.570,0
Recorrentes	992,5	1.102,1	(4,8)	1.097,3
Salários e Vencimentos	176,8	179,0	(1,5)	177,5
Bens e Serviços (incluindo FDCH)	480,3	516,3	0,7	517,0
Transferências Públicas	335,5	406,8	(4,0)	402,8
Capital	507,5	467,9	4,8	472,7
Capital Menor	52,1	26,4	3,4	29,8
Capital de Desenvolvimento (incluindo FI)	455,4	441,5	1,5	443,0
Receitas Domésticas	166,1	170,4	-	170,4
Défice Fiscal Não-Petrolífero	1.333,9	1.399,6	(0,0)	1.399,6
Financiamento	1.334,0	1.399,6	-	1.399,6
Rendimento Sustentável Estimado (RSE)	632,3	638,5	-	638,5
Levantamentos Excessivos a partir do FP	270,6	689,0	-	689,0
Saldo de Dinheiro	400,0	2,1	-	2,1
Empréstimos	31,1	70,0	-	70,0

Fonte: Direcção Nacional de Política Económica, Ministério das Finanças, 2015

2.2 Panorama Económico

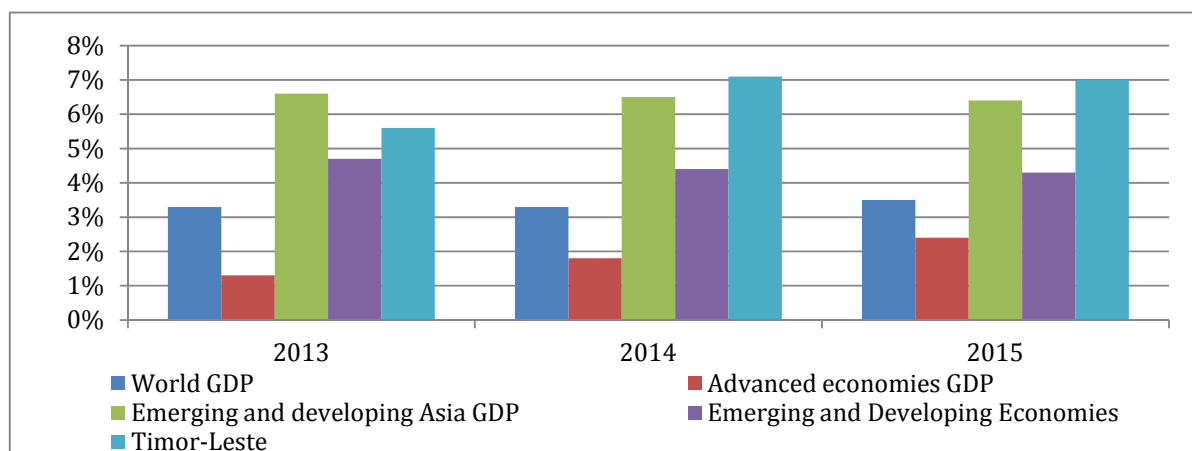
2.2.1 Economia Internacional

2.2.1.1 Tendências no Crescimento Internacional

Continuando a tendência recente, a taxa global de crescimento económico de 3,3%¹ em 2014 foi impulsionada pelo crescimento em economias emergentes e em vias de desenvolvimento (4,4%). Apesar de uma retoma comparativamente a 2013, o crescimento nas economias avançadas continuou lento em 2014, situando-se nos 1,8%. O FMI prevê que a taxa global de crescimento anual irá aumentar para os 3,5% em 2015 e 3,7% em 2016. A Ásia emergente e em vias de desenvolvimento é uma das áreas de maior crescimento no mundo inteiro (ver figura 2.3.1.1.1), sendo que Timor-Leste está a ter um desempenho especialmente forte dentro deste grupo de economias.

¹ FMI PEM Actualização Janeiro de 2015

Figura 2.2.1.1.1 Crescimento Económico Real entre 2013 e 2015 (%)



Fonte: FMI, PEM Janeiro de 2014

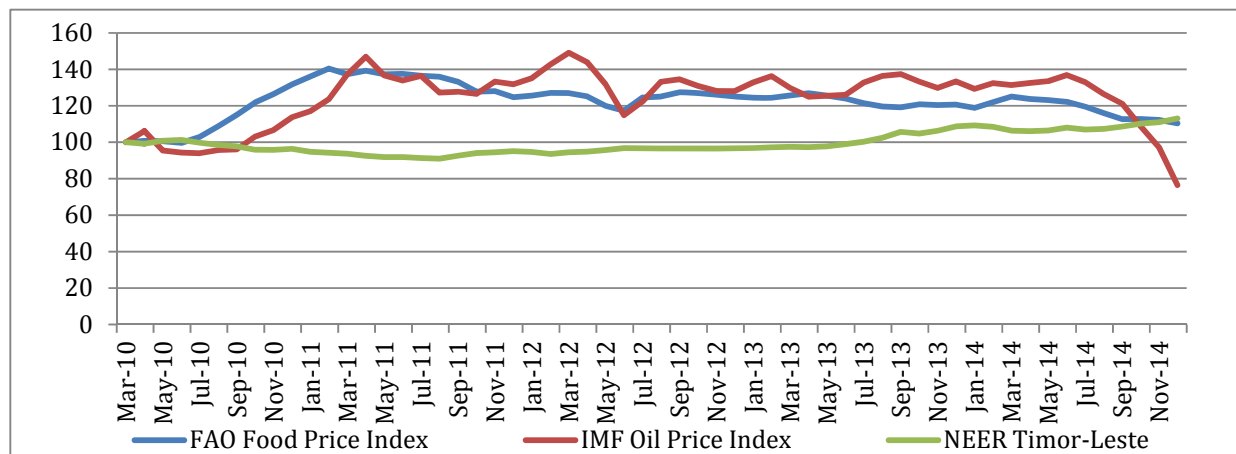
2.2.1.2 Tendências nos Preços Internacionais

As alterações nos preços internacionais das matérias-primas agrícolas podem ter um efeito considerável na taxa de inflação e no nível de vida em Timor-Leste, dado que uma parte significativa dos alimentos consumidos em Timor-Leste é importada. A queda gradual no Índice dos Preços dos Alimentos da FAO desde Março de 2014 (ver Figura 2.3.1.2.1) ajudará a reduzir a inflação e a melhorar os níveis de vida.

Os preços do petróleo, que têm um efeito significativo nas receitas petrolíferas e no custo dos bens, caíram consideravelmente em 2014. Esta queda ficou a dever-se em grande parte ao excedente resultante da decisão da Arábia Saudita em manter uma produção elevada apesar do aumento da oferta a nível global.

A taxa de câmbio efectiva nominal (valor ponderado da moeda de um país relativamente às moedas dos seus parceiros comerciais) mostra que no geral o dólar americano valorizou-se comparativamente às moedas dos principais parceiros comerciais de Timor-Leste. Os consumidores por todo o país beneficiarão desta valorização através de taxas de inflação mais baixas, as quais estão associadas a importações mais baratas.

Figura 2.2.1.2.1 Índices de Alimentos, Petróleo e Taxa de Câmbio entre Janeiro de 2010 e Julho de 2014



Fonte: Índice de Preços de Alimentos da FAO e Preços de Matérias-Primas Primárias do FMI

2.2.2 Economia Doméstica

2.2.2.1 Crescimento Económico

Em 2012 o PIB total em Timor-Leste aumentou 5,6%, chegando aos 4.889,6 milhões de dólares (a preços constantes de 2010). O sector petrolífero, que cresceu 4,9% em 2012, continua a ser o sector dominante na economia timorense, representando 76,4% do PIB total, ainda que nos últimos anos o domínio do sector petrolífero tenha vindo a diminuir.

Em Timor-Leste, o PIB total não é uma forma muito eficaz de medir o bem-estar económico, uma vez que é muito sensível a alterações a curto prazo nos preços do petróleo e na produção petrolífera. Para além disso, há poucos timorenses a trabalhar na indústria petrolífera, pelo que o PIB total não reflecte de forma adequada mudanças no nível de vida da população em geral. Por estas razões, o Governo incide no PIB não-petrolífero, o qual espelha melhor o nível de vida em Timor-Leste do que o PIB total.

Tabela 2.2.2.1.1 Resultados Reais entre 2007 e 2012* (milhões de dólares)

	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Total do PIB (milhões de dólares)	4.090,0	4.582,9	4.275,3	4.215,5	4.630,6	4.889,6
Taxa Total de Crescimento do PIB (%)	-0,6%	12,1%	-6,7%	-1,4%	9,8%	5,6%
Sector Petrolífero (milhões de dólares)	3.428,3	3.826,6	3.421,7	3.281,3	3.559,4	3.734,5
Taxa de Crescimento do Sector Petrolífero (%)	-2,7%	11,6%	-10,6%	-4,1%	8,5%	4,9%
Sector Não-Petrolífero (milhões de dólares)	661,7	756,2	853,6	934,3	1.071,2	1.155,1
Taxa de Crescimento do Sector Não-Petrolífero (%)	11,4%	14,3%	12,9%	9,5%	14,7%	7,8%

Fonte: Contas Nacionais de Timor-Leste entre 2000 e 2012, Direcção-Geral de Estatística, Ministério das Finanças, 2015

*As Contas Nacionais de Timor-Leste em 2013 irão conter valores revistos

O período entre 2007 e 2012 registou um crescimento excepcionalmente elevado do PIB não-petrolífero. Mais concretamente, ao longo destes seis anos houve dois períodos de crescimento distintos. O primeiro período, entre 2007 e 2011, registou um crescimento elevado impulsionado por aumentos acentuados na despesa do Governo, em resultado do aumento da antecipação de despesas. Já em 2012, e apesar do PIB não-petrolífero ter sido ligeiramente inferior (7,8%), crescimento económico em Timor-Leste foi menos dependente da despesa. A redução em crescimento da despesa pública registada em 2012, atribuída parcialmente a melhorias no processo de gestão de investimentos, foi em grande medida responsável pelo crescimento abaixo da tendência registado em 2012. Tanto o investimento privado como o consumo das famílias registaram um crescimento forte ao longo de todo o período entre 2007 e 2012.

O crescimento registado nos principais sectores da economia timorense variou de forma significativa durante o período entre 2007 e 2012. Tanto o sector da construção civil como a administração pública cresceram consideravelmente entre 2007 e 2012 devido a aumentos na despesa pública. Todavia o abrandamento no crescimento da despesa resultou em crescimentos abaixo da tendência em ambos os sectores em 2012. A produção no sector agrícola, que registou um forte crescimento em 2012, oscilou significativamente durante o período entre 2007 e 2012, sendo que os resultados continuam fortemente dependentes das condições climáticas. Por fim, o sector do comércio grossista e retalhista em Timor-Leste, o quarto sector não-petrolífero do país, cresceu de forma gradual, atingindo um valor médio de 7,7% ao ano.

Tabela 2.2.2.1.2 Crescimento Real do Sector Não-Petrolífero entre 2006 e 2012 (%)

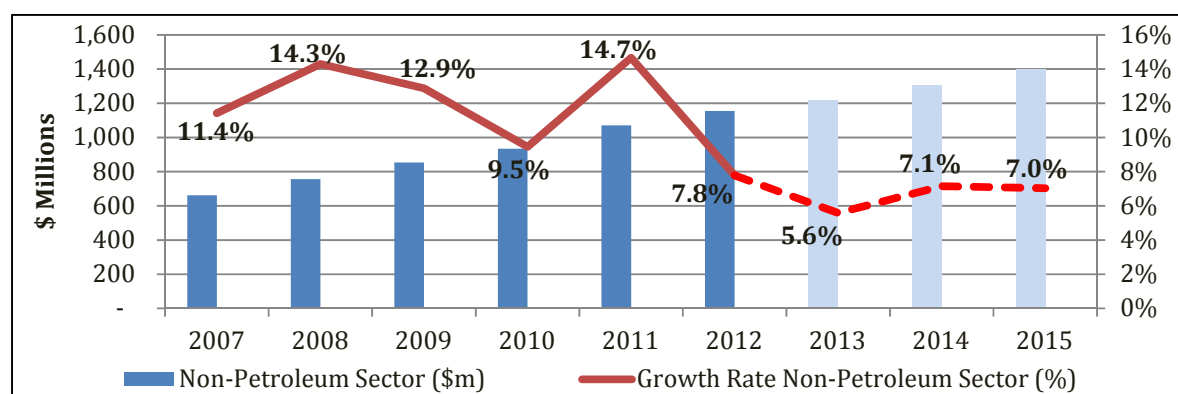
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
PIB Não-Petrolífero	(5,7)%	11,4%	14,3%	12,9%	9,5%	14,7%	7,8%
Agricultura, Florestas e Pescas	5,2%	(3,3)%	0,3%	8,1%	(2,9)%	(17,9)%	14,6%
Construção Civil	(44,6)%	94,3%	139,8%	50,0%	6,9%	52,7%	(6,6)%
Comércio Grossista e Retalhista	(3,2)%	8,6%	13,1%	8,5%	4,4%	4,2%	7,3%
Administração Pública	10,5%	13,1%	5,7%	31,7%	13,1%	19,1%	11,0%

Fonte: Contas Nacionais de Timor-Leste entre 2000 e 2012, Direcção-Geral de Estatística, Ministério das Finanças, 2015

O MF prevê um crescimento do PIB não-petrolífero entre 5,6% e 7,1% ao longo do período de 2013 a 2015 (ver figura 2.3.2.1.). Embora esteja abaixo do percurso de crescimento registado entre 2007 e 2011, estas taxas de crescimento económico continuam a ser elevadas segundo os padrões internacionais.

A projecção para 2013, abaixo da tendência, é resultado da baixa execução das despesas de capital do Governo. Contudo as altas taxas de crescimento no investimento do sector privado e no consumo das famílias ajudaram a minimizar o impacto negativo da redução nas despesas de capital. Prevê-se que o crescimento do PIB não-petrolífero seja de 7,1% em 2014 e 7,0% em 2015. A projecção para 2014 resulta sobretudo de aumentos no consumo das famílias e de despesas recorrentes do Governo, enquanto a projecção para 2015 resulta de aumentos no consumo das famílias e de um crescimento sem precedentes no investimento por parte do sector privado.

Figura 2.2.2.1.3: PIB Real Não-Petrolífero, Valores Concretos entre 2007 e 2012 e Estimativa para 2013 a 2015

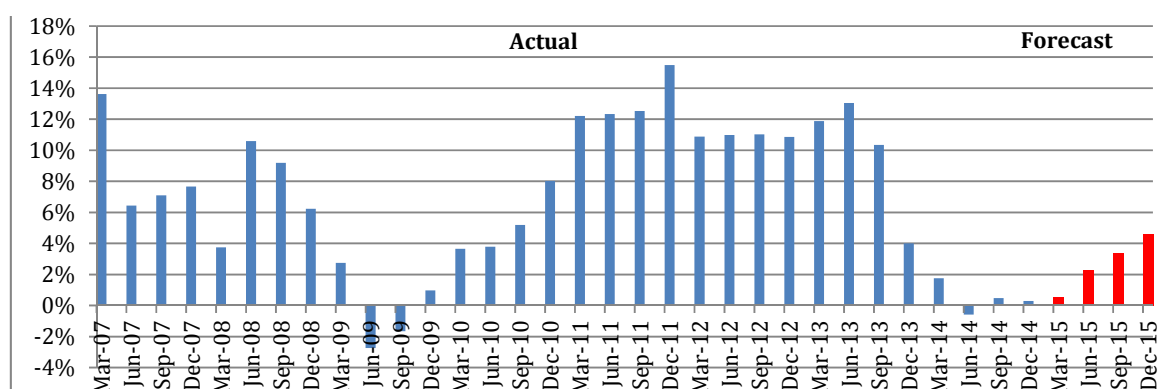


Fonte: DNPE e Direcção-Geral de Estatística, Ministério das Finanças, 2015

2.2.2.2: Inflação

A inflação homóloga em Timor-Leste em Dezembro de 2014 foi de 0,3%. Tal como se pode ver na figura 2.3.2.2.1, a inflação homóloga recente tem vindo a oscilar de forma significativa, atingindo os dois dígitos entre Março de 2011 e Setembro de 2013, antes de descer rapidamente abaixo dos valores alvo. As tendências da inflação neste período podem ser atribuídas a três causas principais: alterações nos preços internacionais das matérias-primas, movimentos de taxas de câmbio internacionais e aumentos nas despesas governamentais.

Figura 2.2.2.2.1: Inflação Homóloga em Timor-Leste entre 2007 e 2015 (%)



Fonte: DNPE e Direcção-Geral de Estatística, Ministério das Finanças, 2015

Prevê-se que a inflação aumente em 2015 e que termine o ano entre os 4% e os 6%, o que corresponde ao alvo estabelecido pelo Governo. A pressão ascendente em 2015 resulta em parte da melhoria da execução nas despesas governamentais, ao passo que a pressão descendente virá da recente quebra nos preços internacionais do petróleo.

2.2.2.3: Crescimento com Maior Qualidade

Embora a previsão do crescimento do PIB não-petrolífero para 2013 a 2015 esteja abaixo da tendência de crescimento entre 2007 e 2011, estima-se que o crescimento terá uma qualidade melhor por quatro razões:

- Timor-Leste começou a transição a partir de um crescimento impulsionado por despesas públicas a curto prazo para um crescimento mais sustentável a longo prazo e dirigido pelo sector privado.
- O investimento privado terá um papel cada vez mais importante na condução do crescimento do PIB não-petrolífero ao longo deste período.

- A inflação neste período é inferior à registada durante o período entre 2007 e 2012.
- Estima-se que continuará a haver um forte crescimento do consumo por parte das famílias, o que ajudará a melhorar os níveis de vida.

2.3 Despesas

2.3.1 Alterações na Estrutura de Governo

O Governo está empenhado em atingir os objectivos do Plano Estratégico de Desenvolvimento e em prestar ao povo de Timor-Leste serviços de qualidade elevada e com uma boa relação qualidade-custo. De modo a atingir estes objectivos, o presente Orçamento de Estado Rectificativo de 2015 optimiza a estrutura de Governo a fim de criar uma administração que seja orientada para os resultados e eficaz em termos de custos. Esta optimização do Governo envolve três grandes reformas, nomeadamente:

- melhoria da coordenação entre ministérios;
- fortalecimento do planeamento a longo prazo e da eficiência dos gastos em infra-estrutura;
- redução da complexidade e da dimensão da administração.

As secções seguintes discutem cada uma destas reformas.

O Governo criou igualmente novos ministérios da Defesa e do Interior. O novo Ministério do Interior será responsável pelo policiamento e segurança domésticos, incluindo a PNTL. O novo Ministério da Defesa será responsável pelas forças armadas e pela protecção da soberania de Timor-Leste, incluindo as F-FDTL e o Instituto de Defesa Nacional. Esta nova divisão de responsabilidades é um passo lógico, já que numa democracia o policiamento doméstico ocorre com o consentimento da comunidade e requer um conhecimento detalhado das leis domésticas.

2.3.1.1 Melhoria da coordenação entre ministérios

A experiência internacional mostra que a implementação de políticas governamentais efectivas requer uma coordenação estreita entre ministérios. Deste modo o Governo criou três novas posições e cargos ministeriais para melhorar a coordenação através de sectores amplos e para melhorar a implementação de políticas públicas. Estas novas posições são as seguintes:

- **Ministro de Estado para a Coordenação dos Assuntos Sociais.** Esta posição será responsável por coordenar políticas através do Ministério da Educação, Ministério da Saúde, Ministério da Solidariedade Social, Secretaria de Estado para o Apoio e Promoção Socio-Económica da Mulher, Secretaria de Estado da Juventude e Desporto, Comissão dos Direitos das Crianças e Combatentes da Libertação Nacional.
- **Ministro de Estado para a Coordenação dos Assuntos Económicos.** Esta posição será responsável por coordenar políticas através do Ministério da Agricultura e Pescas, Ministério do Comércio e da Indústria, Ministério do Turismo, Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Secretaria de Estado da Formação Vocacional e Emprego, Pecuária e Pescas, Sector Cooperativo, Instituto de Apoio ao Desenvolvimento de Empresas, TradeInvest, BNCTL e Centro de Bambu.
- **Ministro de Estado para a Coordenação dos Assuntos Administrativos.** Esta posição será responsável por coordenar políticas através do Ministério da Justiça, Ministério da Administração Estatal, Secretaria de Estado do Fortalecimento Institucional, Administração da Descentralização, Inspeção-Geral do Estado.

O Ministro de Estado para a Coordenação dos Assuntos Sociais terá responsabilidades amplas relativamente à coordenação de políticas sociais. Isto deverá melhorar a prestação de serviços a longo prazo, uma vez que a implementação de políticas sociais efectivas requer frequentemente uma coordenação estreita entre diversos ministérios. Por exemplo, uma política eficaz para a redução da mortalidade infantil requer que o Ministério da Saúde garanta a presença de profissionais de saúde aquando dos partos, bem como que as mães sejam instruídas, entendam as diferentes intervenções a nível de saúde e tenham confiança para procurar cuidados de saúde. Isto significa que o Ministério da Educação tem igualmente um papel importante a desempenhar nesta área.

O Ministro de Estado para a Coordenação dos Assuntos Económicos terá um mandato amplo com vista à melhorar da produção agrícola e industrial. O aumento da produção e da produtividade agrícola é fundamental, uma vez que a subsistência e o bem-estar de grande parte da população timorense dependem do sector agrícola. A melhoria da produção agrícola requer uma forte coordenação entre diferentes ministérios. Por exemplo os agricultores dependem das estradas para fazer os seus produtos chegar aos mercados e para receberem meios tais como fertilizantes. Já o desenvolvimento da indústria requer que a TradeInvest promova Timor-Leste de forma activa no estrangeiro e que os trabalhadores recebam formação apropriada organizada pela Secretaria de Estado da Formação Vocacional e Emprego. É importante que as políticas destes ministérios sejam coordenadas de perto, de modo a que as opiniões da TradeInvest sobre o tipo de qualificações vocacionais procuradas pelos investidores

estrangeiros tenha reflexo nos cursos organizados pela Secretaria de Estado da Formação Vocacional.

O Ministro de Estado para a Coordenação das Questões Administrativas será responsável por garantir uma governação sólida e efectiva. Isto passa por exemplo por assegurar que os programas de descentralização continuam a funcionar de forma eficaz, bem como por continuar a fortalecer as instituições estatais.

No cômputo geral, a criação destes três novos Ministros de Estado deverá melhorar consideravelmente a coordenação e a implementação de políticas governamentais. A tabela 2.3.1.1.1 mostra o orçamento para os gabinetes destes três novos Ministros de Estado:

Tabela 2.3.1.1.1 Orçamento para os três novos Ministros de Estado Incluindo instituições sob tutela dos Ministros Coordenadores (milhares de dólares)

Ministros de Estado	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências Públicas	Capital Menor	Capital de Desenvolvimento	Total do Orçamento
Ministro de Estado para a Coordenação dos Assuntos Sociais	208,0	989,0	700,0	45,0	-	1.942,0
Ministro de Estado para a Coordenação dos Assuntos Económicos	601,0	2.967,0	1.513,0	175,0	-	5.256,0
Ministro de Estado para a Coordenação dos Assuntos Administrativos	461,0	1.402,0	-	94,0	-	1.957,0

Fonte: Direcção Nacional do Orçamento, Ministério das Finanças, 2015

2.3.1.2 Fortalecimento e melhoria do planeamento integrado a longo prazo e da eficiência dos gastos do Fundo de Infraestrutura

Os países com planos económicos integrados a longo prazo detalhados e bem especificados tendem a crescer de forma mais rápida e mais sustentável do que os outros países. O Governo já deu passos importantes nesta área ao redigir o PED, que é um plano bem delineado e realista para permitir a Timor-Leste transformar-se num país com rendimentos médio-altos e com uma população segura, instruída e saudável até 2030.

O Governo reconhece igualmente que é necessário mais trabalho para concretizar o PED, nomeadamente:

- desenvolver políticas integradas mais detalhadas em algumas áreas;
- custear novas políticas e priorizar entre diferentes projectos, dados os condicionalismos financeiros; e

- mais importante ainda, assegurar que os projectos são implementados de uma forma atempada e eficaz em termos de custos.

Para concretizar estes objectivos o presente Orçamento de Estado Rectificativo de 2015 financia um novo Ministério de Planeamento Estratégico e Investimento. A tabela 2.3.1.2.1 apresenta o orçamento para este novo ministério:

Tabela 2.3.1.2.1 Orçamento para o Ministério de Planeamento Estratégico e Investimento incluindo instituições sob tutela do Ministério de Planeamento Estratégico e Investimento (milhares de dólares)

Ministério	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências Públicas	Capital Menor	Capital e Desenvolvimento	Total do Orçamento
Ministério de Planeamento Estratégico e Investimento	1.669,0	10.131,0	17.000,0	4.875,0	33.844,0	67.519,0

Fonte: *Direcção Nacional do Orçamento, Ministério das Finanças, 2015*

A gestão do ciclo de investimentos é o processo através do qual projectos são propostos, analisados, orçamentados, concebidos, aprovados, certificados e avaliados. O funcionamento da gestão do ciclo de investimentos é um factor determinante na eficácia dos gastos de infra-estrutura. Gestão ineficaz do ciclo de investimentos resulta em má qualidade da despesa pública em infra-estrutura. Ao invés, quando a gestão de ciclos de investimento é eficaz, os projectos resultantes geralmente são de alta qualidade e economicamente vantajosos, pelo que estimulam crescimento económico. O Ministério de Planeamento Estratégico contém muitas das instituições responsáveis pela avaliação de projectos, aprovisionamento e certificação; o facto de todas estas instituições estarem dentro do mesmo ministério resultará seguramente num aumento de coordenação na gestão do ciclo de investimento. Em particular, o Ministério de Planeamento Estratégico e Investimento inclui:

- A Agência para Planeamento e Investimento Estratégico, responsável por planeamento a longo-prazo
- A Unidade de Grandes Projectos, responsável pela avaliação de projectos propostos pelos ministérios de execução para inclusão no Fundo de Infra-estruturas.
- A Comissão Nacional de Aprovisionamento, responsável por operacionalizar o processo de aprovisionamento dos projectos do Fundo de Infra-estruturas
- A Agência Nacional de Desenvolvimento, responsável por certificar que os projectos do Fundo de Infra-estruturas são executados na sua totalidade por contratantes

Como resultado, a criação do Ministério de Planeamento Estratégico e Investimento deverá resultar em planeamento integrado e numa maior eficácia da despesa pública em infra-estrutura através de um aumento em coordenação na gestão do ciclo de investimento.

2.3.1.3 Redução da complexidade e da dimensão da administração

O presente Orçamento de Estado Rectificativo de 2015 vem reduzir consideravelmente a dimensão do Governo, com o intuito de aumentar a eficiência na prestação de serviços. Especificamente, o número total de membros do executivo é reduzido de 55 para 38, com as posições seguintes a deixarem de ser financiadas ou a serem incluídas noutros ministérios ou secretarias de estado:

- Secretaria de Estado para o Apoio e Promoção do Sector Privado
- Gabinete da Secretaria de Estado de Segurança
- Gabinete da Secretaria de Estado de Defesa
- Gabinete da Secretaria de Estado para os Assuntos da ASEAN
- Gabinete do Ministro-Adjunto da Justiça
- Gabinete da Secretaria de Estado dos Antigos Combatentes da Libertação Nacional
- Gabinete da Secretaria de Estado da Segurança Social
- Gabinete do Ministro-Adjunto do Ensino Secundário
- Gabinete do Ministro-Adjunto de Ética e Serviços para o Ministério da Saúde
- Gabinete da Secretaria de Estado para o Desenvolvimento Local, Ministério de Administração Estatal
- Gabinete da Secretaria de Estado de Água, Saneamento e Urbanização
- Gabinete da Secretaria de Estado das Obras Públicas
- Gabinete da Secretaria de Estado de Electricidade
- Gabinete do Ministro do Ministério dos Transportes e Comunicações
- Gabinete do Ministro-Adjunto dos Transportes e Comunicações
- Direcção-Geral dos Serviços Corporativos do Ministério dos Transportes e Comunicações

- Gabinete da Secretaria de Estado das Florestas e da Conservação da Natureza
- Gabinete da Secretaria de Estado das Pescas
- Gabinete da Secretaria de Estado da Pecuária
- Gabinete da Secretaria de Estado do Comércio
- Gabinete da Secretaria de Estado de Indústrias e Cooperativas
- Gabinete da Secretaria de Estado do Ambiente
- Gabinete do Ministro do Ministério de Defesa e Segurança
- Agência para Planeamento e Investimento Estratégico

O Anexo A contem uma lista completa de todas as instituições afectadas assim como as realocações orçamentais.

O Governo decidiu colocar o PNDS sob a tutela do Ministério de Planeamento Estratégico e Desenvolvimento com vista a contribuir a uma maior integração do planeamento e um aumento na coordenação dos gastos em infra-estrutura. Esta mudança melhorará o planeamento e selecção de projectos de forma a assegurar uma maior qualidade dos mesmos.

Esta redução no número de posições proporcionou algumas poupanças (utilizadas para financiar novas medidas) e deverá aumentar a eficiência.

2.3.2 Despesas governamentais por Fundo

A tabela 2.3.2.1 mostra o orçamento por fundo. Tal como se pode constatar, o orçamento rectificativo não altera o orçamento do CFTL, do Fundo de Infra-estruturas ou do FDCH comparativamente ao Orçamento de Estado original para 2015.

Tabela 2.3.2.1 Total das despesas por fundo (milhões de dólares)

	Orçamento para 2014	Orçamento incluindo transporte	Alterações em 2015 devido à rectificação	Orçamento final para 2015
Orçamento de Fontes Combinadas	1.684,9	1.735,5	0,0	1.735,5
Despesas governamentais por Fundo	1.500,0	1.570,0	0,0	1.570,0
CFTL	1.091,4	1.161,6	0,0	1.161,6
FDCH	40,0	41,1	-	41,1
Fundo de Infra-estruturas (incluindo empréstimos)	368,6	367,3	-	367,3
Compromissos de Parceiros de Desenvolvimento	184,9	165,5	-	165,5

Fontes: Direcção Nacional do Orçamento e Unidade de Gestão de Parceiros de Desenvolvimento, Ministério das Finanças, 2015

2.3.2.1 Despesas do CFTL

A tabela 2.3.2.1.1 mostra as despesas por categoria de dotação no Fundo Consolidado. O Orçamento de Estado Rectificativo de 2015 resulta em algumas alterações ligeiras entre categorias de dotação, uma vez que o dinheiro poupado com a optimização do Governo foi distribuído para algumas novas medidas políticas importantes. A tabela 2.3.2.1.2 contém todas estas novas medidas políticas.

Tabela 2.3.2.1.1 Despesas do CFTL por categoria de dotação (milhões de dólares)

	Orçamento para 2014	Orçamento original para 2015 depois das redistribuições	Alterações em 2015 devido à rectificação	Orçamento final para 2015
Total das despesas do CFTL	1.091,4	1.161,6	(0,0)	1.161,6
Recorrentes	952,5	1.061,0	(4,8)	1.056,2
Salários e Vencimentos	176,8	179,0	(1,5)	177,5
Bens e Serviços	440,3	475,2	0,7	475,9
Transferências Públicas	335,5	406,8	(4,0)	402,8
Capital	138,9	100,6	4,8	105,4
Capital Menor	52,1	26,4	3,4	29,8
Capital de Desenvolvimento	86,8	74,2	1,5	75,7

Fonte: Direcção Nacional do Orçamento, Ministério das Finanças, 2015

Tabela 2.3.2.1.2 Novas medidas (milhares de dólares)

Medidas Novas Orçamento Rectificativo 2015	SV	BS	TP	CM	CD	Total
MEPCM-ZEESM - Programa de Investimento			10.000,0			10.000,0
Agência de Cooperação Internacional de Timor-Leste-ACITL			4.500,0			4.500,0
DTG-Provisão para Operações de Estabilidade		2.000,0				2.000,0
Celebração 500 Anos em Oecusse			1.500,0			1.500,0
Gabinete do Ministro Planeamento no Investimento Estratégico	100,0	1.090,0		130,0		1.320,0
Parcerias Público-Privadas e Empréstimos		1.070,0		58,0		1.128,0
Programa Socialização Tasi Timor na Comunidade Australiana		750,0				750,0
Ministro de Estado, Cordenador do Assuntos Económicos	168,0	482,0		50,0		700,0
Ministro de Estado, Cordenador do Assuntos de Administração de Estado e Justiça	168,0	482,0		50,0		700,0
Governo Electrónico ITC (e-government)		150,0		350,0		500,0
Comissão de Presidencia da CPLP		400,0				400,0
Comissão para Avaliação do Sector da Justiça e de Reforma e Uniformização de Leis		400,0				400,0
Reforma Função Pública		300,0				300,0
Apoio Serviços Profissionais Gabinete PM		300,0				300,0
Provisão do Conselho de Veteranos		250,0				250,0
Programa Intercâmbio Veteranos Timor-Leste na Austrália		150,0				150,0
Conferência Internacional de Estatísticas		150,0				150,0
	436,0	7.974,0	16.000,0	638,0	-	25.048,0

Fonte: Direcção Nacional do Orçamento, Ministério das Finanças, 2015

As principais medidas novas to Orçamento Rectificativo 2015 são:

- 10 milhões de dólares para o MEPCM como transferências para ARAEOA e ZEESM
- 4,5 milhões de dólares para a ACITIL com vista a continuar a provisão de apoio à desmobilização e modernização das forças armadas da Guiné-Bissau
- 2 milhões de dólares para DTG para gastos relacionados com operações que promovam estabilidade nacional
- 1,5 milhões de dólares para o MEPCM como transferências para ARAEOA e ZEESM para comemorar a celebração de 500 anos em Oecusse
- 1,3 milhões de dólares para o Ministério de Planeamento Estratégico, Planeamento e Investimento para cobrir salários e financiar custos operacionais de serviços

- 1,1 milhões de dólares para o Ministério das Finanças (Parcerias Público-Privadas/Empréstimos) para cobrir salários e financiar custos operacionais de assistência técnica
- 0,75 milhões de dólares para o programa de socialização do Mar de Timor a comunidade Australiana
- 0,7 milhões de dólares para o Gabinete do Ministro de Estado, Coordenador de Assuntos Económicos para cobrir salários e financiar custos operacionais
- 0,7 milhões de dólares para o Gabinete do Ministro de Estado, Coordenador de Assuntos Administrativos para cobrir salários e financiar custos operacionais
- 0,5 milhões de dólares para investir em ITC e E-governance
- 0,4 milhões de dólares para a Comissão da Presidência da CPLP (Gabinete do Primeiro Ministro) Presidency para financiar custos profissionais
- 0,4 milhões de dólares para a Comissão de Avaliação do Sector da Justiça e Reforma e Uniformização de Leis (Ministro do Estado para a Presidência do Conselho de Ministros) para assegurar padronização da interpretação das Leis em Timor-Leste
- 0,3 milhões de dólares para o GPM para reformar o service civil de forma a assegurar maior eficiência e eficácia do serviço público
- 0,3 milhões de dólares para o GPM para provisão de serviços profissionais
- 0,25 milhões de dólares para a DTG para cobrir custos operacionais do Conselho de Veteranos
- 0,15 milhões de dólares para a Embaixada da RDTL em Camberra (MNEC) para financiar actividades de intercâmbio entre veteranos Timorenses e Australianos
- 0,15 milhões de dólares para o Ministério das Finanças (Direção Geral de Estatística) para levar a cabo a Conferência Internacional de Estatísticas

2.3.2.2 Fundo de Infra-estruturas

A tabela 2.3.2.2.1 mostra o orçamento por programa para o Fundo de Infra-estruturas em 2015. Não há alterações em relação ao orçamento do estado original para 2015, com os três maiores programas a serem electricidade, estradas e Tasi Mane.

Tabela 2.3.2.2.1 Orçamento do Fundo de Infra-estruturas por programa (milhões de dólares)

Programa	Orçamento final para 2015 (incluindo transporte)
Agricultura e Pescas	7,2
Água e Saneamento	5,6
Desenvolvimento Urbano e Rural	9,6
Edifícios Públicos	13,7
Sistemas Financeiros e Infra-estruturas de Apoio	19,1
Juventude e Desporto	2,8
Educação	8,0
Electricidade	57,1
Informática	1,4
Objectivos de Desenvolvimento do Milénio	8,5
Saúde	4,0
Defesa e Segurança	11,0
Solidariedade Social	-
Tasi Mane	35,1
Estradas	54,8
Pontes	11,3
Aeroportos	19,0
Portos	7,9
Programa de Desenvolvimento de Oecusse	-
Turismo	1,0
Preparação, Desenho e Supervisão de Novos Projectos	8,2
Transportes	12,0
Empréstimos	70,0
Total	367,3

Fonte: Secretariado dos Grandes Projectos, 2015

2.3.2.3 Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano

A tabela 2.3.2.3.1 mostra o orçamento para o Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano. Não se registam alterações comparativamente ao orçamento de estado original para 2015.

Tabela 2.3.2.3.1 Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano (milhões de dólares)

Programa	Orçamento final para 2015 (incluindo transporte)
Formação Profissional	10,1
Formação Técnica	3,8
Bolsas de Estudo	15,9
Outros Tipos de Formação	2,2
Assistência Técnica para o Sector Judicial	5,0
Assistência Técnica para o Ensino Superior	4,0
Total	41,1

Fonte: Secretariado do FDCH, Ministério das Finanças, 2015

2.4 Receitas e Investimentos

A tabela 2.4.1 mostra as previsões governamentais relativamente a receitas domésticas e petrolíferas. Prevê-se que o total das receitas caia em 2015 devido à diminuição das receitas petrolíferas. Esta diminuição das receitas petrolíferas é resultante da redução da produção do campo de Bayu-Undan, em virtude de este ter ultrapassado o seu pico de produção.

As projecções de receitas domésticas delineadas neste Orçamento de Estado Rectificativo de 2015 são idênticas às que foram delineadas no Orçamento do Estado original para 2015. Estes valores não foram actualizados, uma vez que o Governo só recentemente apresentou o Orçamento do Estado para 2015 ao Parlamento e que não houve alterações substanciais nas condições económicas domésticas ou na política fiscal que justificassem a realização de novas projecções desde essa altura.

As projecções referentes à produção petrolífera são igualmente idênticas às que foram delineadas no Orçamento do Estado original para 2015. Contudo é também fornecida uma explicação detalhada sobre o impacto provável da recente queda do preço do petróleo nas receitas petrolíferas e no RSE.

Tabela 2.4.1 Receitas (milhões de dólares)

	Concreto em 2013	Orçamento para 2014	Projeção para 2015	2016	2017	2018	2019
Total das Receitas	4.057,8	2.684,1	2.460,5	2.360,4	2.270,0	2.041,8	1.935,6
Receitas Domésticas	151,1	166,1	170,4	182,0	193,7	205,6	217,7
Receitas Petrolíferas	3.906,7	2.518,0	2.290,1	2.178,4	2.076,3	1.836,2	1.717,9

Fontes: Direcção Nacional de Política Económica e Unidade de Administração do FP, Ministério das Finanças, 2015

2.4.1 Receitas Domésticas

A tabela 2.4.1.1 mostra as projecções governamentais relativamente a receitas domésticas. Estas projecções são idênticas às delineadas no Orçamento do Estado original para 2015. Deste modo a descrição e análise detalhadas das receitas domésticas contidas no Livro 1 do Orçamento do Estado original para 2015 continuam relevantes, pelo que esta secção contém apenas um resumo breve dessa análise.

O Governo está empenhado em aumentar a cobrança de receitas domésticas para que os serviços públicos passem a estar menos dependentes de financiamento a partir do Fundo Petrolífero. As receitas domésticas têm vindo a ter um crescimento forte ao longo dos últimos anos, sendo previsto que este crescimento se mantenha em 2015. O aumento na cobrança de receitas domésticas em 2015 é ligeiramente inferior aos aumentos registados em anos anteriores, todavia isto não é resultado de menor actividade económica ou de alterações fiscais. Ao invés, esta redução prende-se com a diminuição das receitas com a venda de arroz e com a descida da inflação. A diminuição das receitas com a venda de arroz é esperada, uma vez que o Governo reduziu este programa. À excepção das receitas com a venda de arroz as receitas domésticas estão a ter um crescimento sólido e comparável com o registado nos últimos anos.

Tabela 2.4.1.1 Projeções de Receitas Domésticas (milhões de dólares)

	Orçamento para 2014	Orçamento original para 2015	Alterações em 2015 devido à rectificação	Orçamento final para 2015
Total das Receitas Domésticas	166,1	170,4	0,0	170,4
Impostos	120,0	125,5	0,0	125,5
Taxas e Pagamentos	41,2	37,2	0,0	37,2
Juros	0,2	0,0	0,0	0,0
Agências Autónomas	4,8	7,6	0,0	7,6

Fonte: Direcção Nacional de Política Económica, Ministério das Finanças, 2015

2.4.2 Receitas Petrolíferas

As receitas petrolíferas são influenciadas por três factores principais: o preço do petróleo, a produção e os custos. As projecções no Orçamento do Estado para 2015 mostram que as receitas petrolíferas totais provenientes dos campos de Bayu-Undan e de Kitan estão a descer, passando de 1,7 mil milhões de dólares em 2014 para 657,6 milhões em 2019. Embora o preço médio do petróleo em 2014 tenha sido inferior ao estimado, as receitas petrolíferas totais foram de 1,8 mil milhões de dólares, o que representa um aumento de 6,6 por cento comparativamente com o que havia sido previsto para 2014. No final de Janeiro de 2015 tinham sido recebidos 95 milhões de dólares.

O RSE só é actualizado uma vez por ano, como parte do processo do orçamento principal. As novas informações serão tidas em conta aquando do cálculo do RSE relativo ao Orçamento do Estado para 2016. A Lei do Fundo Petrolífero estabelece que todos os pressupostos envolvidos no cálculo do RSE têm de ser prudentes, o que significa que é provável que os resultados concretos se revelem superiores aos resultados estimados.

Tabela 2.4.2.1 Receitas petrolíferas provenientes dos campos de Bayu-Undan e de Kitan entre 2013 e 2019 (milhões de dólares)

	Concreto em 2014*	Orçamento para 2015	2016	2017	2018	2019
Total das Receitas Petrolíferas	2.318,50	2.290,10	2.178,40	2.076,30	1.836,20	1.717,90
Juros recebidos a partir do FP	501,6	915,8	966,2	1.002,70	1.035,90	1.060,30
Total das Receitas Petrolíferas, Excluindo Juros	1.817,00	1.374,30	1.212,20	1.073,50	800,3	657,6
PTP/Royalties do BU*	137,7	108	98,7	81,8	68,4	56,8
Lucro de Petróleo do BU	901,4	652,3	589,7	533,4	371,6	295,1
Imposto sobre Rendimentos do BU	389,5	243,3	198	181,4	130,5	94,3
Imposto sobre Lucros Adicionais do BU	284,7	267,9	233,1	215,6	158,1	151,1
Imposto sobre o Valor Acrescentado do BU	13,6	23,7	32,7	18,9	26	20,4
Imposto sobre Vencimentos do BU	20,9	11,3	15,4	8,7	11,7	9,1
Pagamentos do Gasoduto do BU	7,2	8,4	8,4	8,4	8,4	8,4
Outros Pagamentos do BU	0	38,3	25,4	25,4	25,4	22,4
Imposto de Retenção do BU	11,9	0	0	0	0	0
Kitan	50,1	21,1	10,7	0	0	0

Fonte: Unidade de Administração do FP, ANP e Direção Nacional do Petróleo e Receitas Minerais, Ministério das Finanças, 2015

*Fluxo de caixa concreto para 2014 (não auditado). A partir de 2015 o Imposto de Retenção do BU passa a estar incluído no Imposto sobre o Valor Acrescentado do BU. *BU: Bayu-Undan, incluindo pagamentos efectuados por subempreiteiros

2.4.2.1 Preços do petróleo

Tal como foi discutido nos documentos principais do orçamento, os preços petrolíferos são calculados com base em projecções da Administração de Informações sobre Energia (AIE). A AIE publica projecções dos preços petrolíferos a longo prazo duas vezes ao ano. No Orçamento do Estado para 2015 as estimativas de receitas petrolíferas assentam nas projecções de Maio de 2014, que colocaram o nível de referência do óleo de crude Brent nos 107,9 dólares por barril em 2014 e nos 89,6 dólares por barril em 2015. O preço médio concreto do petróleo em 2014 foi inferior ao estimado, situando-se nos 98,9 dólares por barril, ao passo que o preço médio até à data em 2015 (Janeiro de 2015) é de 47,9 dólares por barril. Este valor é muito inferior ao que tinha sido projectado anteriormente. Esta secção irá discutir o impacto da queda nos preços do petróleo.

2.4.2.2 Produção petrolífera

A projecção de produção de condensado e GPL (líquidos) relativamente ao campo de Bayu-Undan continua idêntica à apresentada no Orçamento do Estado para 2015. Foi previsto que a

produção iria cair ligeiramente em comparação com as projecções constantes do Orçamento do Estado para 2014. Só haverá novas informações sobre a produção em Junho de 2015, as quais serão incorporadas no Orçamento do Estado para 2016.

2.4.2.3 Custos

Os custos estimados do projecto do campo de Bayu-Undan, tanto a montante como a jusante, são ligeiramente superiores ao que tinha sido previsto no Orçamento do Estado para 2015. Esta alteração resulta sobretudo das despesas de capital relacionadas com o programa de Manutenção da Integridade de Activos e com outras questões operacionais.

Tal como acontece em relação às projecções de produção, só haverá novas informações sobre custos em Junho de 2015. Estas informações serão então incorporadas no Orçamento do Estado para 2016.

2.4.3 Fundo Petrolífero

O Orçamento do Estado para 2015 projecta que o saldo do Fundo Petrolífero será de 16,6 mil milhões de dólares no final de 2014 e de 17,5 mil milhões no final de 2015. O BCTL reportou que o saldo do Fundo Petrolífero no final de 2014 atingiu os 16,5 mil milhões de dólares no seguimento da transferência para o Orçamento do Estado em 2014 de 732 milhões dos 902,9 milhões aprovados. Isto fica ligeiramente abaixo do previsto, em face de juros mais baixos gerados pelos investimentos do Fundo Petrolífero.

A tabela 2.4.3.1 apresenta o saldo futuro do Fundo Petrolífero, conforme projectado no Orçamento do Estado para 2015.

Tabela 2.4.3.1 Estimativa das poupanças do Fundo Petrolífero entre 2014 e 2019 (milhões de dólares)

	Concreto em 2014*	Orçamento para 2015	2016	2017	2018	2019
Saldo Inicial do FP	14.952,10	16.567,20	17.529,80	17.995,60	18.368,10	18.729,80
Receitas Petrolíferas (excluindo Juros do FP)	1.817,00	1.374,30	1.212,20	1.073,50	800,3	657,6
Juros do FP, Líquidos	501,6	915,8	966,2	1.002,70	1.035,90	1.060,30
Total de Levantamentos	732	1.327,50	1.712,60	1.703,80	1.474,60	1.376,90
Saldo Final do FP	16.538,60	17.529,80	17.995,60	18.368,10	18.729,80	19.070,80

Fonte: Unidade de Administração do FP, Ministério das Finanças, 2015

Nota: *Valores concretos não auditados. Os valores a partir do Orçamento para 2015 serão actualizados no Orçamento para 2016.

2.4.3.1 Retornos dos investimentos

O Orçamento de Estado para 2015 assume que o Fundo Petrolífero terá um retorno total de 5,7 por cento (nominal) em 2014 e 2015, o que se traduz em 813,0 milhões de dólares e em 915,8 milhões respectivamente. Os pressupostos assentam em retornos médios a longo prazo, sendo que os retornos concretos num determinado ano podem afastar-se consideravelmente dos valores estimados. Segundo o relatório do BCTL sobre o 4.º trimestre de 2014 o retorno total do Fundo Petrolífero em 2014 foi de 3,3 por cento, o que se traduz num montante líquido de 501,6 milhões de dólares. As acções (40% da carteira) obtiveram um retorno de 5,2%, enquanto os títulos (60% da carteira) obtiveram 2,1%. Os movimentos cambiais reduziram os ganhos em 2014.

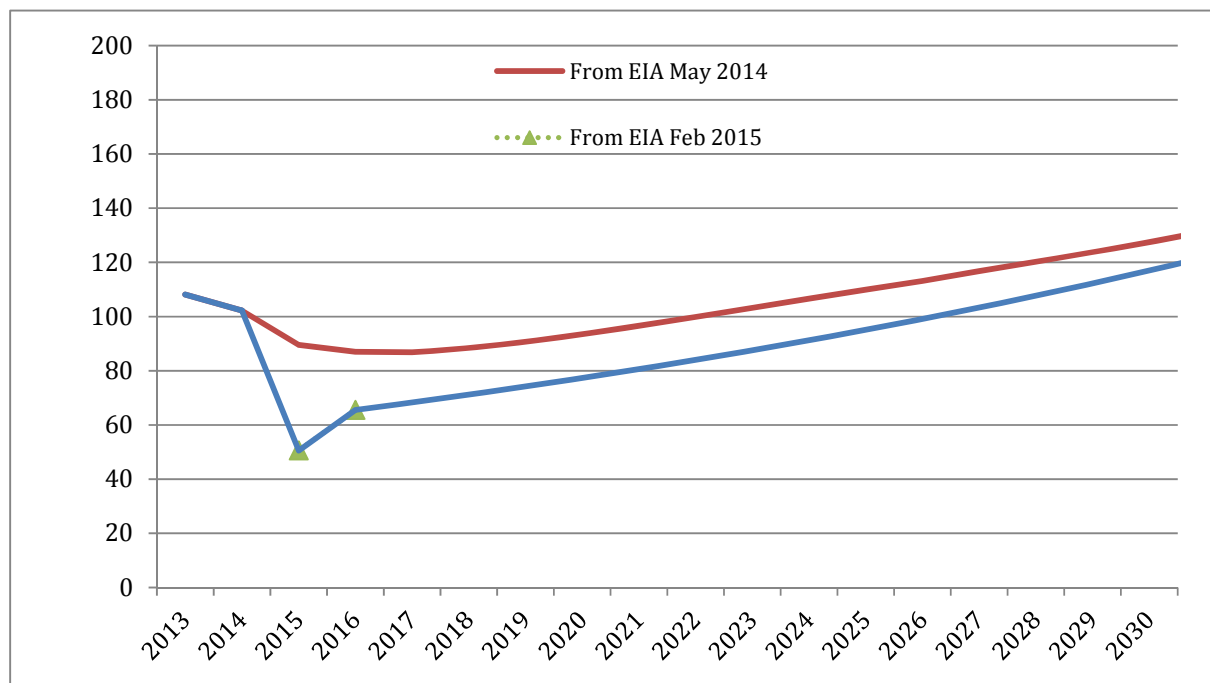
2.4.3.2 Impacto da queda no preço do petróleo sobre as receitas futuras

Tal como foi discutido no Orçamento do Estado original para 2015, o objectivo do Governo consiste em preparar um RSE que seja no geral prudente, tal como está previsto na Lei do FP. Embora os cálculos assentem nas melhores informações disponíveis e nos pareceres de peritos, cada elemento continua por inerência a estar sujeito a uma incerteza considerável.

A recente queda no preço de referência do petróleo em mais de 50 por cento irá por certo afectar as receitas do sector do petróleo e do gás nos próximos meses. Contudo, devido aos dados limitados relativamente a outros pressupostos, como por exemplo a produção e os custos, o cálculo do RSE total só será feito em Julho, na preparação do Orçamento do Estado para 2016.

O Orçamento do Estado para 2015 estima que mais de 70 por cento da riqueza petrolífera, que inclui apenas receitas dos campos de Bayu-Undan e de Kitan, tenham sido extraídos e convertidos em activos financeiros. Isto significa que a queda no preço do petróleo irá afectar menos de 30 por cento da Riqueza Petrolífera.

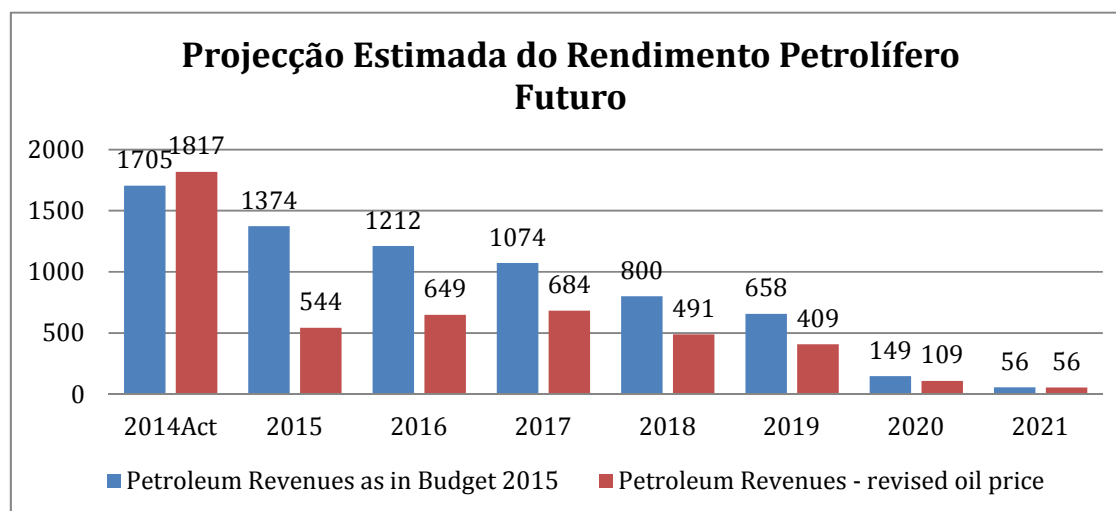
Figura 2.4.3.2.1 Projecções do preço do petróleo Brent (dólares por barril)



Fonte: Unidade de Administração do FP, Ministério das Finanças, 2015

O Orçamento do Estado para 2015 utiliza as previsões sobre o preço do petróleo Brent desenvolvidas pela AIE em Maio de 2014. A AIE publica previsões semestrais sobre o preço do petróleo. Estas projecções foram feitas a partir das estimativas actualizadas da AIE para 2015 e 2016, juntamente com as estimativas anteriormente publicadas por esta agência relativamente a preços a longo prazo. Esta estimativa é considerada conservadora. A aplicação destas projecções reduz as receitas esperadas em 45 por cento, passando de 5.332,6 milhões de dólares para 2.940,9 milhões. Isto assume que os outros factores, como por exemplo a produção e os custos, permanecem inalterados. Importa aqui salientar a incerteza em torno das projecções do preço do petróleo, especialmente quando são feitas a mais longo prazo, tal como é necessário aqui. Para além disto, a AIE relata alguma insegurança e incerteza em relação às previsões a curto-prazo.

Figura 2.4.3.2.2 Alteração na projecção de receitas petrolíferas esperadas no futuro



Fonte: Unidade de Administração do FP, Ministério das Finanças, 2015

A análise preliminar indica que, à excepção de 2014, ano em que as receitas concretas foram de 1.816,9 milhões de dólares (7 por cento acima do previsto), as receitas estimadas para os anos restantes deverão descer, havendo uma queda significativa de cerca de 60 por cento em 2015.

Esta análise olhou apenas para a alteração num dos pressupostos: o preço do petróleo. Para entender melhor o impacto sobre as receitas petrolíferas futuras é necessário fazer mais análises e actualizar as informações referentes a produção, custos e outros pressupostos.

Tal como foi discutido anteriormente, os dados actuais mostram que mais de 70% da riqueza petrolífera dos campos de Bayu-Undan e de Kitan já foram convertidos em activos financeiros (o FP). Isto significa que daqui em diante o nível de levantamentos a partir do Fundo e o retorno dos seus investimentos serão os principais elementos que determinarão o saldo do Fundo.

2.5 Financiamento

A tabela 2.5.1 mostra o financiamento do presente Orçamento de Estado Rectificativo de 2015. Este orçamento rectificativo não propõe quaisquer alterações a nível de itens de financiamento. A questão principal a ter em conta é que o orçamento, caso seja executado na totalidade, irá requerer levantamentos excessivos de 689,0 milhões de dólares a partir do Fundo Petrolífero.

Tabela 2.5.1 Financiamento (em milhões de dólares)

	Orçamento para 2014	Orçamento original para 2015 incluindo Transportes	Alterações em 2015 devido à Rectificação	Orçamento Final para 2015
Total do Financiamento	1.334,0	1.399,6	0,0	1.399,6
Rendimento Sustentável Estimado (RSE)	632,3	638,5	0,0	638,5
Levantamentos Excessivos a partir do FP	270,6	689,0	0,0	689,0
Saldo de Dinheiro	400,0	2,1	0,0	2,1
Empréstimos	31,1	70,0	0,0	70,0

Fonte: Direcção Nacional de Política Económica, Ministério das Finanças, 2015

Annex A

Instituições Afectadas

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Total Orsamentu Redusaun	(2,528)	(20,920)	(21,864)	(728)	(1,500)	(47,540)
Sub-total Orsamentu Redusaun husi Instituições Afectado	(861)	(10,857)	(20,845)	-	(1,000)	(33,564)
PNDS	-	-	(17,845)	-	-	(17,845)
Secretariado Grandes Projectos	-	(503)	-	-	-	(503)
A.D.N - Programa Reabilitação Escola no Clinica	-	-	(3,000)	-	(1,000)	(4,000)
Direcção Nacional de Habilitação e Planeamento Urbano	(63)	(28)	-	-	-	(91)
Gabinete Ministro Agricultura e Pescas	(33)	-	-	-	-	(33)
Gabinete do Conselho para a Delimitação Definitiva das Fronteiras Maritima	-	(160)	-	-	-	(160)
Gabinete Ministro Educação	(33)	-	-	-	-	(33)
Ministerio Educação-Direcção Nacioanl de Acção Social Escolar	-	(2,161)	-	-	-	(2,161)
Ministerio Educação-Direcção Nacional do Currículo e Avaliação Escolar	-	(2,144)	-	-	-	(2,144)
Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (Mina ba EDTL)	-	(2,000)	-	-	-	(2,000)
Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (Secretário-Geral)	(700)	(300)	-	-	-	(1,000)
Gabinete Ministro Estatal	(33)	-	-	-	-	(33)
Dotações para todo o Governo-Reserva Contigencia	-	(2,000)	-	-	-	(2,000)
Gabinete do Secretário de Estado Descentralização Administrativa	-	(1,523)	-	-	-	(1,523)
Comissão da Função Pública	-	(38)	-	-	-	(38)
Sub-total Extintas	(1,666)	(10,063)	(1,019)	(728)	(500)	(13,976)
Secretaria de Estado para o Apoio e Promoção do Sector Privado	(136)	(819)	(1,019)	(84)	-	(2,058)
Gabinete da Secretária de Estado	(136)	(819)	(1,019)	(84)	-	(2,058)
Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação	(29)	(755)	-	-	-	(784)
Gabinete do Secretário de Estado para os Assuntos da ASEAN	(29)	(755)	-	-	-	(784)
Ministério da Justiça	(59)	(44)	-	-	-	(104)
Gabinete do Vice-Ministro	(59)	(44)	-	-	-	(104)
Ministério da Solidariedade Social	(120)	(273)	-	-	-	(393)
Gabinete do Secretário de Estado para os Assuntos dos Antigos Combatentes da Libertação Nacional	(58)	(210)	-	-	-	(268)
Gabinete do Secretário de Estado da Segurança Social	(61)	(63)	-	-	-	(124)
Ministério da Educação	(59)	(37)	-	-	-	(96)
Gabinete do Vice-Ministro do Ensino Secundário	(59)	(37)	-	-	-	(96)

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Ministério da Saúde	(58)	(136)	-	-	-	(195)
Gabinete da Vice-Ministra da Ética e Prestação de Serviços	(58)	(136)				(195)
Ministério da Administração Estatal	(64)	(94)	-	-	-	(158)
Gabinete do Secretário de Estado do Desenvolvimento Local	(64)	(94)				(158)
Ministério das Obras Públicas	(186)	(101)	-	-	-	(287)
Gabinete do Secretário de Estado de Água, Saneamento e Urbanização	(60)	(24)				(84)
Gabinete do Secretário de Estado da Electricidade	(63)	(41)				(104)
Gabinete do Secretário de Estado Obras Públicas	(63)	(36)				(99)
Ministério dos Transportes e Comunicações	(387)	(1,610)	-	(514)	(500)	(3,011)
Gabinete do Ministro	(71)	(56)				(128)
Gabinete do Vice-Ministro dos Transportes e Comunicações	(64)	(64)				(128)
Direcção-Geral dos Serviços Corporativos	(252)	(1,489)	-	(514)	(500)	(2,755)
Ministério da Agricultura	(175)	(179)	-	-	-	(354)
Gabinete do Secretário de Estado das Florestas e Conservação da Natureza	(61)	(60)				(121)
Gabinete do Secretário de Estado das Pescas	(57)	(60)				(117)
Gabinete do Secretário de Estado da Pecuária	(57)	(59)				(116)
Ministério do Comércio, Indústria e Ambiente	(177)	(304)	-	-	-	(482)
Gabinete Secretário Estado do Comércio	(57)	(78)				(135)
Gabinete Secretário de Estado da Indústria e Cooperativas	(60)	(78)				(138)
Gabinete do Secretário de Estado do Meio Ambiente	(60)	(149)				(209)
Ministério da Defesa e Segurança	(191)	(5,028)	-	-	-	(5,219)
Gabinete do Ministro	(69)	(4,423)				(4,492)
Gabinete do Secretária de Estado da Defesa	(57)	(548)				(605)
Gabinete do Secretária de Estado de Segurança	(65)	(57)				(122)
Primeiro-Ministro	(25)	(682)	-	(130)	-	(837)
Agência Planeamento de Estratégico Investimento (APEI)	(25)	(682)	-	(130)	-	(837)
Instituição Re-Alocação						
Total Instituição Re-Alocação	1,063	21,588	17,819	4,117	2,953	47,540
Parlamento Nacional	-	196	-	166	9	370
Parlamento Nacional	-	61	-	-	-	61
Gabinete do Presidente do Parlamento	-	67	-	-	-	67
Direcção de Administração	-	68	-	166	9	243
Primeiro-Ministro	-	870	-	1,490	-	2,360
Gabinete do Primeiro-Ministro	-	320	-	280	-	600
Serviço Nacional de Inteligência (SNI)	-	-	-	700	-	700
Gabinete do Conselho para a Delimitação Definitiva das Fronteiras Marítima	-	-	-	160	-	160

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Governo Electrónico ITC (<i>e-government</i>)	-	150	-	350	-	500
Comissão de Presidência da CPLP	-	400	-	-	-	400
Ministro de Estado e da Presidência do Conselho de Ministros	-	400	11,500	-	-	11,900
Autoridade Região Administrativa Especial de Oe-cusse (ARAEOA) e Zona Especial de Economia Social e de Mercado de Oe-cusse Ambeno e Ataúro (ZEESM)	-	-	11,500	-	-	11,500
Comissão para Avaliação do Seitor Justiça e de Reforma e Uniformização de Leis	-	400	-	-	-	400
Ministro de Estado, Cordenador do Assuntos Económico	168	755	1,019	50	-	1,992
Gabinete do Ministro de Estado, Cordenador do Assuntos Económico	168	755	1,019	50	-	1,992
Ministro de Estado, Cordenador do Assuntos da Administração do Estado e da Justiça	168	707	-	50	-	925
Gabinete do Ministro de Estado, Cordenador do Assuntos da Administração do Estado e da Justiça	168	707	-	50	-	925
Ministério da Educação	-	432	-	735	2,444	3,611
Direcção Nacional do Ensino Secundário Geral	-	6	-	-	-	6
Direcção Nacional de Finanças e Logística	-	350	-	-	2,444	2,794
Direcção Nacional do Ensino Secundário Técnico-Vocacional	-	-	-	325	-	325
Agência Nacional para Avaliação e Acreditação Académica (ANAAA)	-	76	-	-	-	76
Direcção Nacional Média Educativa e Centro de Impressão	-	-	-	410	-	410
Ministério da Agricultura e Pescas	-	1	-	-	-	1
Direcção Nacional da Administração e Finanças	-	1	-	-	-	1
Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação	-	912	4,500	-	-	5,412
Direcção-Geral para os Assuntos ASEAN	-	12	-	-	-	12
Embaixada - Canberra	-	900	-	-	-	900
Agência de Cooperação Internacional de Timor-Leste-ACITL	-	-	4,500	-	-	4,500
Dotações para todo o Governo	-	8,470	-	58	-	8,528
Provisão para Serviços Legais	-	5,000	-	-	-	5,000
Provisão para Actividade de Pesquisa Estatística	-	150	-	-	-	150
Parcerias Pública Privadas e Empréstimos	-	1,070	-	58	-	1,128
Provisão do Conselho de Veteranos	-	250	-	-	-	250
Provisão para Operações de Estabilidade	-	2,000	-	-	-	2,000
Ministério da Justiça	-	2	-	200	-	202
Direcção Nacional de Administração e Finanças	-	2	-	-	-	2
Polícia Científica de Investigação Criminal	-	-	-	200	-	200
Ministério da Saúde	-	-	800	139	-	939
Direcção Nacional de Serviços Hospitalares	-	-	800	-	-	800
Hospital Referência de Baucau	-	-	-	139	-	139

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Ministério da Estatal	64	1,656	-	-	-	1,720
Gabinete do Vice Ministro Estatal	-	1,523	-	-	-	1,523
Gabinete do Secretário de Estado Descentralização Administrativa	64	94	-	-	-	158
Instituto Nacional de Administração Pública	-	38	-	-	-	38
Ministério da Solidariedade Social	-	2	-	-	-	2
Direcção Nacional de Administração e Finanças	-	2	-	-	-	2
Ministério do Comércio, Indústria e Ambiente	-	163	-	-	-	163
Direcção-Geral Administração e das Finanças	-	163	-	-	-	163
Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações	378	1,568	-	1,099	500	3,545
Gabinete do Vice Ministro I	63	41	-	-	-	104
Gabinete do Vice Ministro II	63	36	-	-	-	99
Direcção-Geral dos Serviços Corporativos (Aumentu husi Orsamentu DGSC MTC Exklui ANC)	252	526	-	593	500	1,871
Direcção-Geral dos Serviços Corporativos (Aumentu husi Orsamentu ANC MTC)	-	965	-	506	-	1,471
Ministério de Defesa	57	2,279	-	-	-	2,336
Gabinete do Ministro	57	2,279	-	-	-	2,336
Ministério do Interior	65	1,357	-	-	-	1,422
Gabinete do Ministro	65	1,357	-	-	-	1,422
Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico	163	1,118	-	130	-	1,411
Gabinete do Ministro	100	1,090	-	130	-	1,320
Direcção Nacional de Habilitação e Planeamento Urbano	63	28	-	-	-	91
Universidade Nasional Timor Leste (UNTL)	-	700	-	-	-	700
Universidade Nasional Timor Leste	-	700	-	-	-	700

Parte 3: Lei do Orçamento de Estado Rectificativo de 2015



VI Governo Constitucional

Proposta de Lei n.º ___/2015, de de Primeira Alteração à Lei n.º 6/2014, de 30 de Dezembro, que Aprova o Orçamento Geral do Estado para 2015

A presente Lei altera o Orçamento Geral do Estado para 2015, aprovado pela Lei n.º 6/2014, de 30 de Dezembro, na parte relativa às tabelas dos Anexos II e III, permanecendo os Anexos I, IV e V inalterados.

O Anexo II altera as dotações orçamentais, sistematizadas da seguinte forma:

1. **177,538** milhões de dólares para Salários e Vencimentos;
2. **516,924** milhões de dólares para Bens e Serviços;
3. **402,755** milhões de dólares para Transferências Públicas;
4. **29,804** milhões de dólares para Capital Menor;
5. **442,980** milhões de dólares para Capital de Desenvolvimento.

O Anexo III altera o total da estimativa das despesas para a Autoridade da Região Administrativa Especial de Oé-cusse Ambeno e Ataúro, a qual passa a ser de **93,4** milhões de dólares a serem financiados através de dotação do OGE.

A presente alteração visa refletir a nova estrutura orgânica do VI Governo Constitucional e implementar uma política orçamental que permita melhorar a formulação de políticas públicas e da sua respectiva implementação por todo o Governo, fortalecer o planeamento a longo-prazo e eliminar gastos de funcionamento através da redução dos membros do Governo em relação ao Governo anterior de 55 para 38, transferindo estas verbas para gastos com maior retorno, quer em investimento público, quer em novas medidas a levar a cabo,

quer no reforço das verbas afectadas a actividades já previstas e desta forma dar continuidade a um crescimento económico sustentável e de elevada qualidade, reduzir a pobreza e prestar serviços com ganhos de eficácia e eficiência aos cidadãos.

O total estimado das despesas do OGE mantém-se inalterado, sendo de **1.570,000** milhões de dólares.

O Governo apresenta ao Parlamento Nacional, ao abrigo da alínea c), do n.º 1 do artigo 97.º e do n.º 1 do artigo 145.º da Constituição da República, a seguinte Proposta de Lei:

Artigo 1.º

Alteração ao Orçamento Geral do Estado para 2015

1. É alterado o Orçamento Geral do Estado para 2015, aprovado pela Lei n.º 6/2014, de 30 de Dezembro na parte relativa às tabelas constantes dos Anexos II e III a essa lei.
2. A alteração referida no número anterior consta das tabelas dos Anexos II e III à presente lei, que substituem as tabelas dos Anexos II e III da Lei n.º 6/2014, de 30 de Dezembro.
3. O artigo 9.º da Lei n.º 6/2014, de 30 de Dezembro, passa a ter a seguinte redacção:

“Artigo 9.º

Dotações para todo o Governo

(...):

- a) (...);
- b) (...);
- c) (...);
- d) (...);
- e) (...);
- f) (...);
- g) (...);
- h) (...);
- i) *revogado*;
- j) *revogado*;
- k) (...);
- l) *revogado*;
- m) (...);
- n) (...);
- o) (...);
- p) (...);
- q) (...);
- r) (...);
- s) (...);
- t) (...);
- u) (...);
- v) Provisão para o Conselho de Veteranos;
- w) Parcerias Público-Privadas e Empréstimos;
- x) Provisão para Operações de Estabilidade.”

Artigo 2.º
Republicação

A Lei n.º 6/2014, de 30 de Dezembro, com a redação atualizada é republicada, em anexo, que faz parte integrante do presente diploma.

Artigo 3.º
Entrada em vigor

A presente Lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no Jornal da República, produzindo efeitos, rectroativamente, a partir de 16 de Fevereiro 2015.

Aprovado em Conselho de Ministros em 12 de Março de 2015

O Primeiro-Ministro,

Dr. Rui Maria de Araújo

A Ministra das Finanças,

Santina J.R.F. Viegas Cardoso

ANEXO I

Estimativa de receitas a serem cobradas e financiamento das despesas do Orçamento Geral do Estado para 2015 (US \$ milhões)*

Tabela I - Estimativa de receitas

1	Receitas Totais	2 530,5
1,1	Receitas Petrolíferas	2 290,1
1.1.1	Imposto sobre Lucros Petrolíferos	652,3
1.1.2	Impostos do Mar de Timor (incluindo Kitan)	129,1
1.1.3	Imposto sobre o Rendimento	243,3
1.1.4	Imposto sobre Lucros Adicionais	267,9
1.1.5	Outros Impostos e Taxas Petrolíferas	81,8
1.1.6	Juros do Fundo Petrolífero	915,8
1,2	Receitas Não Petrolíferas	162,8
1.2.1	Impostos Diretos	45,7
1.2.2	Impostos Indiretos	79,7
1.2.3	Outras Receitas e Taxas	0,2
1.2.4	Taxas e Encargos	37,2
1.2.5	Juros da Conta do Tesouro	0,0
1,3	Doações	-
1,4	Receitas Próprias dos Serviços e Fundos Autônomos	7,6
1,5	Empréstimos	70

*Valores arredondados

Tabela II - Financiamento das Despesas

Receitas não petrolíferas incluindo receitas próprias dos serviços e fundos autônomos	170,4
Transferências do Fundo Petrolífero	1 327,5
Empréstimos	70,0
Saldo do Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano	2,1
Total	1 570,0

*Valores arredondados

Anexo II
Dotações Orçamentais para 2015 (US \$'000)

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Total Despesas Incluindo Empréstimo	177,538	516,924	402,755	29,804	442,980	1,570,000
Total Despesas Orçamento Geral Estado	177,538	516,924	402,755	29,804	372,980	1,500,000
Excluindo Serviços e fundos Autónomos, Fundos Especiais e Empréstimo	175,880	470,856	402,755	29,759	75,678	1,154,929
Incluindo Serviços e Fundos Autónomos	177,538	475,840	402,755	29,804	75,678	1,161,615
Total Serviços e Fundos Autónomos	1,658	4,984	-	45	-	6,686
Total Fundos Especiais	-	41,084	-	-	297,301	338,385
Fundos Especiais - Nova Dotação	-	38,984	-	-	297,301	336,285
Fundos Especiais - Saldo Transitado 2014	-	2,100	-	-	-	2,100
Total Empréstimo	-	-	-	-	70,000	70,000
Empréstimo - Nova Dotação	-	-	-	-	58,900	58,900
Empréstimo - Saldo Transitado 2014	-	-	-	-	11,100	11,100
Total Instituições Extintas	66	207	-	-	-	273
Presidência da República	848	7,360	-	407	200	8,815
Gabinete do Presidente da República	-	750	-	-	-	750
Casa Civil	812	5,024	-	278	200	6,314
Casa Militar	36	879	-	100	-	1,014
Secretariado Técnica Post CAVR	-	708	-	30	-	737
Parlamento Nacional	4,490	8,705	930	1,441	155	15,720
Parlamento Nacional	3,347	2,173	-	16	-	5,536
Gabinete do Presidente do Parlamento	73	639	-	-	-	712
Bancadas Parlamentares	-	-	930	-	-	930
Gabinete do Secretário-Geral do Parlamento	-	113	-	-	-	113
Comissão A	-	272	-	-	-	272
Comissão B	-	117	-	-	-	117
Comissão C	-	243	-	-	-	243
Comissão D	-	176	-	-	-	176
Comissão E	-	225	-	-	-	225
Comissão F	-	254	-	-	-	254
Comissão G	-	60	-	-	-	60
Conselho de Fiscalização Sistema Nacional Inteligência de Timor-Leste	-	200	-	2	-	202

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
(CFSNI-TL)						
Conselho Consultivo do Fundo Petrolífero	-	370	-	9	-	379
Grupo Mulheres Parlamentares de Timor Leste	-	125	-	-	-	125
Direcção de Administração	1,070	2,998	-	474	155	4,697
Direcção de Apoio Parlamentar	-	464	-	-	-	464
Direcção de Pesquisa e Informação Técnica	-	163	-	-	-	163
Divisão de Tecnologia de Informação e Comunicação	-	113	-	940	-	1,053
Primeiro-Ministro	524	6,040	14,474	2,471	-	23,508
Gabinete do Primeiro-Ministro	84	320	-	280	-	684
Secretariado do Primeiro-Ministro	24	1,562	-	-	-	1,586
Direcção-Geral	10	21	-	-	-	31
Direcção Nacional de Administração e Finanças	104	1,047	-	69	-	1,220
Direcção Nacional de Recursos Humanos	54	64	-	-	-	118
Residência Oficial do Primeiro-Ministro	-	66	-	-	-	66
Serviço Nacional de Inteligência (SNI)	225	1,764	-	1,612	-	3,601
Gabinete do Conselho para a Delimitação Definitiva das Fronteiras Marítima	-	340	-	160	-	500
Governo Electrónico ITC (<i>e-government</i>)	-	150	-	350	-	500
Gabinete de Apoio à Sociedade Civil	23	306	14,474	-	-	14,803
Comissão da Presidência da CPLP	-	400	-	-	-	400
Ministro de Estado e da Presidência do Conselho de Ministros	341	3,921	93,430	-	-	97,692
Gabinete do Ministro de Estado e da Presidência do Conselho de Ministros	77	708	-	-	-	785
Direcção Nacional de Administração e de Apoio ao Conselho de Ministros	153	1,398	-	-	-	1,551
Direcção Nacional dos Serviços de Tradução	59	226	-	-	-	285
Unidade de Apoio Jurídico	36	533	-	-	-	569
Centro de Formação e Técnica de Comunicação	6	218	-	-	-	224
Gabinete do Director-Geral	10	93	-	-	-	103
Autoridade Região Administrativa Especial de Oe-cusse (ARAEOA) e Zona Especial de Economia Social e de Mercado de Oe-cusse Ambeno e Ataúro (ZEESM)	-	-	93,430	-	-	93,430
Gabinete Porta-Voz do Governo	-	345	-	-	-	345
Comissão para Avaliação do Sector Justiça e de Reforma e Uniformização de Leis	-	400	-	-	-	400
Secretaria de Estado do Conselho de Ministros	151	900	-	2,596	-	3,647

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Gabinete do Secretário de Estado	65	652	-	146	-	863
Gráfica Nacional	86	248	-	2,450	-	2,784
Secretaria de Estado dos Assuntos Parlamentares	88	93	-	-	-	181
Gabinete da Secretária de Estado	88	93	-	-	-	181
Secretaria de Estado da Comunicação Social	247	874	500	350	-	1,971
Gabinete do Secretário de Estado	78	342	160	-	-	579
Direcção de Disseminação de Informação	96	314	130	128	-	668
Centro de Rádio Comunitárias	61	177	210	206	-	654
Direcção Nacional Administração e Finanças	12	41	-	16	-	70
Ministro de Estado, Coordenador dos Assuntos Sociais	208	989	700	45	-	1,942
Gabinete do Ministro de Estado, Coordenador dos Assuntos Sociais	178	886	700	45	-	1,809
Comissão Nacional dos Direitos das Crianças	30	103	-	-	-	133
Secretaria de Estado para o Apoio e Promoção Sócio-Económica da Mulher	274	1,735	200	93	-	2,302
Gabinete da Secretária de Estado	65	238	-	-	-	303
Direcção-Geral	51	137	-	-	-	188
Direcção Nacional da Administração, Logística e Finanças	52	967	-	93	-	1,112
Direcção Nacional de Política e Desenvolvimento do Género	92	376	200	-	-	668
Gabinete Inspeção e Auditoria Interna	14	17	-	-	-	31
Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto	481	1,029	6,500	56	595	8,661
Gabinete do Secretário de Estado	65	264	1,020	-	-	1,349
Direcção-Geral	10	17	-	-	-	27
Direcção Nacional de Administração e Finanças	174	620	-	56	595	1,445
Direcção Nacional da Juventude	43	10	703	-	-	756
Direcção Nacional da Educação Física e Desporto	47	22	3,717	-	-	3,786
Direcção Nacional da Política do Desenvolvimento	36	16	413	-	-	465
Direcção Nacional de Comunicação	48	49	305	-	-	402
Direcção Nacional de Arte	31	9	342	-	-	382
Gabinete de Inspeção e Auditoria Interna	27	22	-	-	-	49
Ministro de Estado, Cordenador do Assuntos Económico	601	2,967	1,513	175	-	5,256
Gabinete do Ministro de Estado, Cordenador do Assuntos Económico	168	755	1,019	50	-	1,992
Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial	427	546	-	10	-	983

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Agência Especializada de Investimento	6	565	494	34	-	1,098
Serviço de Registo e Verificação Empresarial	-	1,102	-	81	-	1,183
Secretaria de Estado para a Política da Formação Profissional e Emprego	1,420	2,844	10,603	439	464	15,770
Gabinete do Secretário de Estado	69	278	-	-	-	347
Inspecção-Geral do Trabalho	189	181	-	-	-	370
Direcção-Geral	120	51	-	-	-	171
Direcção Nacional de Administração e Finanças	247	1,111	-	-	-	1,358
Direcção Nacional do Aproveitamento	21	32	-	54	464	571
Direcção Nacional da Condição do Trabalho	34	63	-	-	-	97
Direcção Nacional da Prevenção de Risco Profissional	28	56	-	-	-	84
Direcção Nacional da Colocação, Emprego e Protecção do Desemprego	28	35	-	-	-	63
Direcção Nacional da Segurança e Protecção Social	24	33	-	-	-	57
Direcção Nacional da Formação Profissional	114	71	-	-	-	185
Direcção Nacional de Emprego	101	589	10,593	385	-	11,668
Direcção Nacional das Relações de Trabalho	82	64	10	-	-	156
Secretaria de Apoio ao Conselho Nacional de Trabalho	41	29	-	-	-	70
Gabinete de Assistência Jurídica	8	24	-	-	-	32
Instituto Nacional de Desenvolvimento de Mão-de-Obra	19	66	-	-	-	85
Gabinete do Fundo de Emprego e Formação Profissional	10	21	-	-	-	31
Adido do Trabalho na Correia do Sul	204	73	-	-	-	277
Centro de Formação SENAI	81	68	-	-	-	149
Ministro de Estado, Cordenador dos Assuntos da Administração do Estado e Justiça	461	1,402	-	94	-	1,957
Gabinete do Ministro de Estado, Cordenador dos Assuntos da Administração do Estado e Justiça	168	707	-	50	-	925
Gabinete da Inspecção-Geral (GIG)	293	695	-	44	-	1,032
Secretario de Estado do Fortalecimento Institucional	114	931	500	42	-	1,587
Gabinete do Secretário de Estado	114	931	500	42	-	1,587
Ministério da Educação	56,531	36,916	6,300	820	2,444	103,011
Gabinete do Ministro	42	81	-	-	-	123
Gabinete da Vice-Ministra	65	36	-	-	-	101
Gabinete do Vice-Ministro	65	36	-	-	-	101
Instituto Nacional Ciências Tecnologia	27	27	-	-	-	54

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Gabinete do Inspector-Geral	124	59	-	-	-	183
Gabinete da Média Educativa e Serviços Técnico Especial	30	27	-	-	-	57
Direcção-Geral dos Serviços Corporativos	64	52	-	-	-	116
Direcção-Geral do Ensino Superior	31	80	-	-	-	111
Direcção Nacional de Finanças e Logística	303	8,431	-	85	2,444	11,262
Direcção Nacional dos Recursos Humanos	9,981	209	-	-	-	10,189
Direcção Nacional de Aprovisionamento	43	144	-	-	-	187
Direcção Nacional do Ensino Superior Universitário	612	561	1,750	-	-	2,923
Direcção Nacional do Ensino Superior Técnico	65	141	-	-	-	206
Direcção Nacional de Desenvolvimento das Ciências e Tecnologias	39	71	-	-	-	110
Direcção Nacional de Acção Social Escolar	103	10,986	2,709	-	-	13,798
Direcção Nacional do Currículo e Avaliação Escolar	78	4,795	-	-	-	4,873
Direcção Nacional de Educação Pré-Escolar	1,299	150	72	-	-	1,521
Direcção Nacional do Ensino Básico	33,441	3,117	521	-	-	37,079
Direcção Nacional do Ensino Secundário Geral	4,649	524	151	-	-	5,324
Direcção Nacional do Ensino Secundário Técnico-Vocacional	1,192	962	1,097	325	-	3,576
Direcção Nacional do Ensino Recorrente	196	1,177	-	-	-	1,373
Instituto Nacional de Formação de Docentes e Profissionais da Educação (INFORDOPE)	1,369	2,898	-	-	-	4,267
Serviços Distritais de Educação de Díli	401	44	-	-	-	445
Serviços Distritais de Educação de Baucau	189	56	-	-	-	245
Serviços Distritais de Educação de Aileu	171	52	-	-	-	223
Serviços Distritais de Educação de Ainaro	208	47	-	-	-	255
Serviços Distritais de Educação de Bobonaro	259	59	-	-	-	318
Serviços Distritais de Educação de Ermera	177	66	-	-	-	243
Serviços Distritais de Educação de Lautém	169	66	-	-	-	235
Serviços Distritais de Educação de Liquiçá	174	52	-	-	-	226
Serviços Distritais de Educação de Manatuto	146	54	-	-	-	200
Serviços Distritais de Educação de Manufahi	193	58	-	-	-	251
Serviços Distritais de Educação de Covalima	224	61	-	-	-	285
Serviços Distritais de Educação de Viqueque	170	63	-	-	-	233
Agência Nacional para Avaliação e Acreditação Académica (ANAAA)	21	205	-	-	-	226

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Direcção-Geral Pré-Escolar e Ensino Básico	26	27	-	-	-	53
Direcção-Geral Ensino Secundário	21	78	-	-	-	99
Direcção Nacional Biblioteca Escolar	34	45	-	-	-	79
Direcção Nacional Média Educativa e Centro de Impressão	65	441	-	410	-	916
Direcção Nacional do Currículo do Ensino Superior	66	523	-	-	-	589
Unidade de Infra-estruturas	-	360	-	-	-	360
Ministério da Agricultura e Pescas	6,019	16,241	750	498	3,749	27,257
Gabinete do Ministro	45	70	-	-	-	115
Gabinete do Vice-Ministro	65	65	-	-	-	130
Direcção-Geral das Florestas e Pescas	29	53	-	-	-	82
Direcção Nacional da Conservação da Natureza	-	201	-	-	-	201
Direcção Nacional de Gestão Recursos Aquáticos e Inspecção das Pescas	153	116	-	-	-	269
Direcção-Geral da Agricultura e Pecuária	29	29	-	-	-	58
Direcção Nacional de Veterinária	-	423	-	48	-	471
Direcção-Geral dos Serviços Corperativos	29	25	-	-	-	54
Direcção Nacional de Recursos Humanos	97	154	-	-	-	251
Direcção Nacional de Aproveitamento e Logística	154	488	-	-	-	642
Direcção Nacional de Agro-Comércio	73	146	-	-	-	219
Direcção Nacional da Administração e Finanças	306	646	-	127	-	1,079
Inspecção e Auditoria	33	25	-	-	-	58
Gabinete do Jurídico	21	10	-	-	-	31
Direcção Nacional de Pesquisa e Serviços Especiais	210	401	-	-	-	611
Direcção Nacional de Quarentena e Biosegurança	244	176	-	-	-	420
Direcção Nacional de Formação Técnica Agrícola	557	378	-	23	-	958
Direcção Nacional de Política e Planeamento	82	138	-	-	-	220
Direcção Nacional Agricultura e Horticultura	205	4,975	-	-	2,000	7,180
Direcção Nacional de Plantas, Indústria e do Café	126	1,040	-	-	-	1,166
Secretariado de Segurança e Soberania Alimentar, Nutricional e Cooperação	50	1,042	-	-	-	1,092
Direcção Nacional de Florestas e Gestão Bacias Hidrográficas	257	261	-	-	-	518
Direcção Nacional de Irrigação e Gestão Utilização de Água	121	602	-	-	1,749	2,472
Direcção Nacional das Pescas e Aquicultura	253	586	-	300	-	1,139
Direcção Nacional de Pecuária	299	1,157	-	-	-	1,456

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Direcção Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Comunitário Agrícola	139	1,951	750	-	-	2,840
Serviços de Agricultura do Distrito Aileu	109	61	-	-	-	170
Serviços de Agricultura do Distrito Ainaro	153	77	-	-	-	230
Serviços de Agricultura do Distrito Baucau	272	100	-	-	-	372
Serviços de Agricultura do Distrito Bobonaro	308	121	-	-	-	429
Serviços de Agricultura do Distrito Covalima	258	107	-	-	-	365
Serviços de Agricultura do Distrito Ermera	165	68	-	-	-	233
Serviços de Agricultura do Distrito Liquiçá	163	77	-	-	-	240
Serviços de Agricultura do Distrito Lautém	260	105	-	-	-	365
Serviços de Agricultura do Distrito Manatuto	165	99	-	-	-	264
Serviços de Agricultura do Distrito Manufahi	252	105	-	-	-	357
Serviços de Agricultura do Distrito Viqueque	281	113	-	-	-	394
Direcção dos Serviços de Agricultura do Distrito de Díli	56	50	-	-	-	106
Ministério da Administração Estatal	4,919	10,792	7,043	921	-	23,675
Gabinete do Ministro	44	88	-	-	-	132
Gabinete do Vice Ministro	64	1,618	-	-	-	1,682
Gabinete do Secretário de Estado Descentralização Administrativa	64	94	-	-	-	158
Direcção-Geral da Descentralização Administrativa	20	31	-	-	-	51
Direcção Nacional do Planeamento e Finanças Municipais	43	35	-	-	-	78
Gabinete do Inspector-Geral	61	50	-	-	-	111
Direcção-Geral	14	72	-	-	-	86
Direcção Nacional da Administração e Finanças	78	3,883	-	921	-	4,882
Direcção Nacional de Planeamento, Avaliação e Cooperação Externa	51	51	-	-	-	102
Unidade de Aprovisionamento	21	38	-	-	-	59
Direcção Nacional de Gestão e Recursos Humanos	50	40	-	-	-	90
Direcção Nacional de Protocolo e Comunicação Social (DNPCS)	47	51	-	-	-	98
Direcção Nacional de Logística e Informática	65	121	-	-	-	186
Arquivo Nacional	132	83	-	-	-	215
Secretariado Técnico da Administração Eleitoral	342	1,777	-	-	-	2,119
Direcção Nacional do Desenvolvimento Local	77	91	-	-	-	168
Direcção-Geral do Desenvolvimento	20	30	-	-	-	50
Direcção Nacional de Apoio a Administração de Sucos	52	100	-	-	-	152

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Direcção Nacional da Administração Local	170	39	-	-	-	209
Administração do Distrito de Díli	777	1,186	991	-	-	2,954
Administração do Distrito de Baucau	143	112	904	-	-	1,159
Administração do Distrito de Aileu	342	99	451	-	-	892
Administração do Distrito de Ainaro	130	98	369	-	-	597
Administração do Distrito de Bobonaro	146	113	687	-	-	946
Administração do Distrito de Ermera	380	106	836	-	-	1,322
Administração do Distrito de Lautém	144	106	499	-	-	749
Administração do Distrito de Liquiçá	328	93	388	-	-	809
Administração do Distrito de Manatuto	147	111	379	-	-	637
Administração do Distrito do Manufahi	129	105	440	-	-	674
Administração do Distrito de Covalima	182	119	464	-	-	765
Administração do Distrito de Viqueque	140	106	637	-	-	883
Instituto Nacional de Administração Pública	319	122	-	-	-	441
Comissão Instaladora dos Municípios	197	25	-	-	-	222
Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação	12,709	14,832	4,500	376	-	32,417
Gabinete do Ministro	41	807	-	-	-	848
Gabinete de Inspeção-Geral e Auditoria	-	200	-	-	-	200
Instituto Diplomático	-	76	-	-	-	76
National Authorizing Officer-NAO	-	77	-	-	-	77
Agência de Cooperação de Timor-Leste-ACTL	-	232	4,500	-	-	4,732
Gabinete do Vice-Ministro	33	226	-	1	-	260
Direcção-Geral para os Assuntos ASEAN	-	147	-	-	-	147
Secretário-Geral	12,635	3,575	-	67	-	16,277
Desvalorização do Dólar	-	346	-	-	-	346
Celebração dos Dias Nacionais	-	120	-	-	-	120
Direcção-Geral Protocolo	-	60	-	-	-	60
Direcção-Geral para os Assuntos Bilaterais da Ásia e Pacífico	-	536	-	33	-	569
Direcção-Geral para os Assuntos Bilaterais da América, Europa e África	-	101	-	-	-	101
Direcção-Geral para os Assuntos Multilaterais	-	125	-	-	-	125
Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Timorenses	-	205	-	-	-	205
Missão Permanente em Nova Iorque	-	430	-	-	-	430

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Embaixada - Lisboa	-	285	-	-	-	285
Embaixada - Jacarta	-	226	-	-	-	226
Consulado - Denpasar	-	135	-	-	-	135
Consulado - Kupang	-	36	-	-	-	36
Embaixada - Washington	-	460	-	-	-	460
Embaixada - Canberra	-	1,114	-	-	-	1,114
Consulado - Sidney	-	86	-	-	-	86
Consulado - Darwin	-	176	-	-	-	176
Embaixada - Kuala Lumpur	-	223	-	-	-	223
Embaixada - Bruxelas	-	328	-	1	-	329
Embaixada - Bangucoque	-	120	-	1	-	121
Embaixada - Tóquio	-	399	-	-	-	399
Embaixada - Pequim	-	229	-	-	-	229
Embaixada - Maputo	-	183	-	1	-	184
Embaixada - Havana	-	140	-	-	-	140
Embaixada - Manila	-	132	-	-	-	132
Embaixada - Genebra	-	291	-	1	-	292
Embaixada - Vaticano	-	213	-	-	-	213
Embaixada - Brasília	-	187	-	67	-	254
Embaixada - Seul	-	369	-	-	-	369
Embaixada - CPLP/Unesco	-	221	-	1	-	222
Embaixada Pretória	-	176	-	65	-	241
Embaixada - Luanda	-	216	-	65	-	281
Embaixada Singapura	-	403	-	-	-	403
Embaixada - Vietname	-	156	-	-	-	156
Agente Consulado Atambua	-	47	-	-	-	47
Embaixada-Londres	-	347	-	-	-	347
Consulado Nova-Zelândia	-	210	-	73	-	283
Embaixada Laos	-	105	-	-	-	105
Embaixada Birmânia	-	113	-	-	-	113
Embaixada Cambódia	-	106	-	-	-	106
Embaixada Brunei	-	137	-	-	-	137

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Ministério das Finanças	4,029	13,580	-	-	-	17,609
Gabinetes da Ministra e do Vice-Ministro	155	-	-	-	-	155
Direcção-Geral dos Serviços Corporativos	1,444	13,580	-	-	-	15,024
Direcção-Geral de Finanças do Estado	374	-	-	-	-	374
Direcção-Geral do Tesouro	291	-	-	-	-	291
Direcção-Geral de Impostos	338	-	-	-	-	338
Direcção-Geral das Alfândegas	672	-	-	-	-	672
Direcção-Geral de Estatística	615	-	-	-	-	615
Unidades Orgânicas do Ministério	142	-	-	-	-	142
Dotações para todo o Governo	-	70,148	23,341	1,086	-	94,574
Fundos de Contrapartidas	-	5,500	-	-	-	5,500
Auditoria Externa	-	3,000	-	-	-	3,000
Reserva de Contingência	-	16,935	-	-	-	16,935
Quotas de Membro de Instituições Internacionais	-	3,655	-	-	-	3,655
Pensões aos Ex-Titulares e Ex-Membros dos Órgãos de Soberania	-	-	5,991	-	-	5,991
Serviços dos Postos Integrados na Fronteira	-	806	-	39	-	845
Fundo de Contribuição às Instituições de Carácter Social	-	-	200	-	-	200
Provisão para g7+	-	-	2,500	-	-	2,500
Provisão para Serviços Legais	-	24,500	-	-	-	24,500
Presidência da CPLP	-	3,500	-	-	-	3,500
Contribuição Financeira	-	-	4,000	-	-	4,000
Provisão para Actividade de Pesquisa Estatística	-	4,638	-	509	-	5,147
Provisão para Diagnóstico dos Recursos Humanos	-	400	-	-	-	400
Reforma Fiscal e Macro-económica	-	3,200	-	-	-	3,200
Provisão para Capitalização do Banco Central de Timor-Leste	-	-	10,000	-	-	10,000
Provisão de Fundos para a Casa de Saber	-	-	150	-	-	150
Provisão para o Centro de Diálogo, Reconciliação e Paz	-	-	500	-	-	500
Provisão para o Conselho de Veteranos	-	250	-	-	-	250
Parcerias Pública-Privadas e Empréstimos	-	1,070	-	58	-	1,128
Provisão para Operações de Estabilidade	-	2,000	-	-	-	2,000
Provisão para a Oficina de Manutenção de Veículos do Governo	-	695	-	479	-	1,174
Ministério da Justiça	4,189	19,663	450	626	1,350	26,278

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Gabinete do Ministro	78	52	-	-	-	130
Gabinete do Secretário de Estado de Terras e Propriedades	63	39	-	-	-	102
Direcção-Geral	40	197	-	-	-	237
Gabinete de Inspeção e Auditoria	69	85	-	4	-	158
Direcção Nacional de Administração e Finanças	224	15,669	-	12	-	15,904
Direcção Nacional de Assessoria Jurídica e Legislação	97	60	-	-	-	157
Direcção Nacional dos Direitos Humanos da Cidadania	92	92	-	47	-	231
Direcção Nacional dos Registos e do Notariado	525	1,477	-	7	150	2,159
Direcção Nacional dos Serviços Prisionais e Reinserção Social	734	957	-	132	700	2,523
Centro de Formação Jurídica	92	85	-	-	-	177
Defensoria Pública	673	214	-	175	500	1,562
Direcção Nacional de Terras, Propriedades e Serviços Cadastrais	504	681	450	13	-	1,648
Polícia Científica de Investigação Criminal	998	55	-	237	-	1,289
Ministério da Saúde Incluindo Serviços e Fundos Autónomos	26,407	27,621	10,772	1,393	-	66,193
Ministério da Saúde Excluindo Serviços e Fundos Autónomos	26,180	27,258	10,772	1,348	-	65,558
Gabinete do Ministro	121	767	-	-	-	888
Gabinete da Vice-Ministra	64	147	-	-	-	211
Gabinete de Inspeção, Fiscalização e Auditoria	116	111	-	15	-	242
Direcção-Geral	128	257	-	15	-	400
Direcção Nacional de Administração e Recursos Humanos	1,515	1,787	4,250	15	-	7,567
Direcção Nacional Gestão Finanças e Aprovisionamento	253	935	50	132	-	1,370
Direcção Nacional de Saúde Pública	533	1,386	177	15	-	2,111
Direcção Nacional da Política Planeamento e Cooperação	162	143	995	15	-	1,315
Direcção Nacional de Serviços Hospitalares	279	11,047	5,100	15	-	16,441
Laboratório Nacional	276	265	-	15	-	556
Hospital Nacional Guido Valadares	3,716	2,992	-	360	-	7,068
Hospital Referência de Baucau	1,189	1,126	-	325	-	2,640
Hospital Referência de Maliana	744	739	-	186	-	1,669
Hospital Referência de Maubisse	632	634	-	15	-	1,281
Hospital Referência de Suai	627	640	-	15	-	1,282
Serviços Distritais de Saúde de Aileu	1,000	264	-	15	-	1,279
Serviços Distritais de Saúde de Ainaro	904	270	-	15	-	1,189

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Serviços Distritais de Saúde de Baucau	1,748	245	-	15	-	2,008
Serviços Distritais de Saúde de Bobonaro	1,240	302	-	15	-	1,557
Serviços Distritais de Saúde de Covalima	1,121	227	-	15	-	1,363
Serviços Distritais de Saúde de Díli	2,415	581	-	15	-	3,011
Serviços Distritais de Saúde de Ermera	1,237	359	-	15	-	1,611
Serviços Distritais de Saúde de Lautém	1,168	349	-	15	-	1,532
Serviços Distritais de Saúde de Liquiçá	990	213	-	15	-	1,218
Serviços Distritais de Saúde de Manatuto	1,243	402	-	15	-	1,660
Serviços Distritais de Saúde de Manufahi	1,020	300	-	15	-	1,335
Instituto de Ciências da Saúde	250	297	-	15	-	562
Serviços Distritais de Saúde de Viqueque	1,424	386	-	15	-	1,825
Gabinete da Ética e Controlo de Qualidade	65	88	200	15	-	368
SAMES (Fundo Autónomo)	227	363	-	45	-	635
Ministério da Solidariedade Social	1,647	12,476	178,620	298	3,552	196,593
Gabinete da Ministra	78	149	500	-	-	727
Gabinete do Vice-Ministro	66	117	-	-	-	183
Direcção Nacional de Regime Não Contributivo de Segurança Social	96	652	34,920	-	-	35,668
Direcção Nacional Regime Contributivo de Segurança Social	50	462	1,002	-	-	1,514
Inspeção e Auditoria Interna	40	104	-	-	-	144
Direcção-Geral	47	400	-	-	-	446
Centro Regional de Solidariedade Social de Díli	43	73	-	-	-	116
Centro Regional de Solidariedade Social de Baucau	106	141	-	-	-	247
Centro Regional de Solidariedade Social de Bobonaro	99	105	-	-	-	204
Centro Regional de Solidariedade Social de Ermera	76	76	-	-	-	152
Centro Regional de Solidariedade Social de Manatuto	44	51	-	-	-	95
Centro Regional de Solidariedade Social de Manufahi	69	83	-	-	-	151
Direcção Nacional de Administração e Finanças	156	810	-	298	780	2,044
Direcção Nacional de Administração e Recursos Humanos	85	1,018	-	-	-	1,103
Direcção Nacional dos Assuntos dos Antigos Combatentes da Libertação Nacional	137	4,873	129,447	-	2,772	137,229
Direcção Nacional da Assistência Social	165	1,142	860	-	-	2,166
Direcção Nacional de Reinserção Social	134	462	10,892	-	-	11,488

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Direcção Nacional de Gestão de Desastres	136	1,112	1,000	-	-	2,248
Centro Nacional de Reabilitação	21	647	-	-	-	668
Ministério do Comércio, Indústria e Ambiente	2,128	14,382	4,800	308	-	21,619
Gabinete do Ministro	77	289	-	-	-	365
Gabinete do Vice-Ministro	65	100	-	-	-	165
Gabinete de Auditoria Interna	41	47	-	-	-	88
Gabinete Jurídico	14	275	-	-	-	289
Direcção-Geral Administração e das Finanças	506	3,967	2,630	308.00	-	7,411
Direcção-Geral do Comércio	587	1,511	250	-	-	2,348
Direcção-Geral da Indústria e Cooperativas	312	1,483	1,600	-	-	3,395
Direcção-Geral do Ambiente	374	1,130	270	-	-	1,774
Inspecção Alimentar e Económico	93	302	50	-	-	445
Fundo Segurança Alimentar	60	5,280	-	-	-	5,340
Ministério do Turismo, Artes e Cultura	857	5,930	1,000	109	768	8,664
Gabinete do Ministro	75	317	-	-	-	392
Gabinete de Inspecção e Auditoria Interna	34	30	-	-	-	64
Gabinete do Secretária de Estado da Arte e Cultura	63	93	-	-	-	156
Direcção-Geral do Turismo	55	86	-	-	-	141
Direcção Regional de Turismo I (Distritos Díli)	-	30	-	-	-	30
Direcção Regional de Turismo II (Distritos de Baucau)	-	30	-	-	-	30
Direcção Regional de Turismo III (Distrito de Ainaro)	-	30	-	-	-	30
Direcção Regional de Turismo IV (Distrito de Ermera)	-	30	-	-	-	30
Direcção-Geral da Cultura	73	287	-	-	-	360
Inspecção-Geral de Jogos	66	65	-	-	-	131
Direcção Nacional dos Museus e Biblioteca	49	32	-	-	-	81
Direcção Nacional do Património Cultural	53	117	-	-	-	170
Direcção Nacional de Artes, Cultura e Indústrias Criativas Culturais	40	46	-	-	-	86
Direcção Nacional de Marketing do Turismo	35	79	-	-	-	114
Direcção Nacional do Plano e Desenvolvimento Turístico	29	97	-	-	768	894
Direcção Nacional de Empreendimentos, Actividades e Produtos Turísticos	39	837	-	-	-	876
Direcção Nacional dos Museus	48	35	-	-	-	83
Academia de Arte e Indústria Criativas Culturais	-	346	-	-	-	346

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Gabinete do Direcção-Geral da Administração e Finanças	42	2,484	1,000	-	-	3,526
Direcção Nacional de Administração dos Recursos Humanos	31	73	-	-	-	104
Direcção Nacional de Gestão e Financeira	34	75	-	109	-	218
Direcção Nacional de Aprovisionamento e Logística	47	582	-	-	-	629
Direcção Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento	44	29	-	-	-	73
Centro de Convenções de Dili-CCD	-	100	-	-	-	100
Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações Incluindo Serviços e Fundos Autónomos	6,821	128,519	1,330	4,731	23,821	165,222
Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações Excluindo Serviços e Fundos Autónomos	5,391	123,898	1,330	4,731	23,821	159,171
Gabinete do Ministro das Obras Públicas	77	793	-	-	-	870
Gabinete do Vice-Ministro I	63	41	-	-	-	104
Gabinete do Vice-Ministro II	63	36	-	-	-	99
Direcção-Geral dos Serviços Corporativos	566	2,945	1,330	4,068	21,607	30,516
Direcção-Geral das Obras Públicas	1,092	497	-	-	-	1,589
Direcção-Geral da Eletricidade	1,771	115,937	-	-	-	117,708
Direcção-Geral de Água, Saneamento e Urbanização	980	2,070	-	-	-	3,050
Instituto Público Gestão Equipamento (Serviço e Fundo Autónomo)	889	1,668	-	-	-	2,557
Direcção-Geral dos Transportes e Comunicações	716	1,553	-	663	2,214	5,146
Autoridade da Aviação Civil de Timor-Leste (AACTL)	63	26	-	-	-	89
Administração de Aeroportos e Navegação Aérea de Timor Leste (Serviço e Fundo Autónomo)	374	551	-	-	-	925
Autoridade Portuária de Timor-Leste (Serviço e Fundo Autónomo)	167	2,402	-	-	-	2,569
Ministério do Petróleo e Recursos Minerais	251	2,146	11,500	9	-	13,906
Gabinete do Ministro	62	585	-	-	-	647
Direcção Nacional de Administração e Finanças	136	879	11,500	9	-	12,524
Secretariado TL- EITI	4	465	-	-	-	469
Direcção Nacional de Minerais	49	217	-	-	-	266
Ministério de Defesa Incluindo F-FDTL e IDN	9,096	19,191	-	1,606	654	30,546
Ministério de Defesa Excluindo F-FDTL e IDN	1,048	6,556	-	1,404	654	9,662
Gabinete do Ministro	57	2,279	-	-	-	2,336
Direcção-Geral	14	49	-	-	-	63
Gabinete de Inspeção e Auditoria	27	52	-	-	-	79

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Direcção Nacional de Administração e Finanças	32	565	-	-	-	596
Direcção Nacional de Planeamento e Intercâmbio Internacional	832	499	-	4	-	1,335
Direcção Nacional de Aprovisionamento	33	2,949	-	1,400	654	5,036
Direcção Nacional do Património	29	111	-	-	-	140
Direcção Nacional de Recursos Humanos	24	54	-	-	-	78
FALINTIL-Forças de Defesa de Timor-Leste	7,903	11,830	-	160	-	19,893
FALINTIL-Forças de Defesa de Timor-Leste	-	10,387	-	160	-	10,547
Quartel Geral das F-FDTL	7,903	1,443	-	-	-	9,346
Intituto de Defesa Nacional	145	805	-	42	-	992
Instituto de Defesa Nacional	145	805	-	42	-	992
Ministério do Interior Incluindo PNTL	17,430	19,722	-	2,440	662	40,254
Ministério do Interior Excluindo PNTL	4,037	6,326	-	1,406	522	12,291
Gabinete do Ministro	65	1,357	-	-	-	1,422
Direcção-Geral	66	141	-	-	-	207
Gabinete de Inspeção e Auditoria	52	28	-	-	-	80
Direcção Nacional de Administração	130	684	-	1,000	122	1,936
Direcção Nacional de Finanças	58	20	-	-	-	78
Direcção Nacional de Protecção Civil	1,226	631	-	406	400	2,664
Direcção Nacional de Segurança de Edifícios Públicos	1,822	2,281	-	-	-	4,103
Direcção Nacional de Prevenção de Conflitos Comunitários	115	258	-	-	-	373
Direcção Nacional de Aprovisionamento	74	35	-	-	-	109
Serviços de Migração-Civil	429	890	-	-	-	1,319
Polícia Nacional de Timor-Leste	13,393	13,396	-	1,034	140	27,963
Direcção Nacional de Administração e Finanças	13,393	4,631	-	663	140	18,827
Unidade Especial da Polícia	-	2,275	-	-	-	2,275
Unidade de Patrulhamento das Fronteiras	-	1,286	-	122	-	1,408
Unidade Marítima	-	1,034	-	1	-	1,035
Comando Nacional de Operações	-	1,101	-	157	-	1,258
Centro da Formação da Polícia	-	1,240	-	91	-	1,331
Região I	-	751	-	-	-	751
Região II	-	500	-	-	-	500
Região III	-	474	-	-	-	474

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Região Oe-cusse	-	104	-	-	-	104
Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico	1,669	10,131	17,000	4,875	33,844	67,519
Gabinete do Ministro	100	1,090	-	130	-	1,320
Agência de Desenvolvimento Nacional (ADN)	-	2,430	17,000	4,586	33,844	57,860
Comissão Nacional de Aprovisionamento (CNA)	-	3,668	-	101	-	3,769
Secretariado dos Grandes Projectos	-	1,352	-	40	-	1,392
Secretariado Técnico do Programa Nacional Desenvolvimento de Sucos (STPNDS)	1,506	663	-	-	-	2,169
Unidade de Missão para o Desenvolvimento Regional Integrado - TIA	-	900	-	18	-	918
Direcção Nacional de Habilitação e Planeamento Urbano	63	28	-	-	-	91
Tribunais	1,534	1,717	-	440	1,919	5,610
Conselho Superior da Magistratura Judicial	31	7	-	-	-	38
Tribunal de Recurso	1,162	1,499	-	440	1,919	5,020
Tribunais Distritais	341	212	-	-	-	553
Procuradoria-Geral da República	1,423	1,162	-	136	501	3,221
Procuradoria-Geral da República	1,020	1,089	-	136	501	2,746
Procuradoria Distrital de Baucau	190	30	-	-	-	219
Procuradoria Distrital de Suai	135	26	-	-	-	161
Procuradoria Distrital de Oe-cusse	78	18	-	-	-	96
Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça	520	781	-	110	-	1,411
Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça	399	692	-	110	-	1,201
Direções Direitos Humanos e Boa Governação	121	89	-	-	-	210
RTTL, E.P.	734	1,117	-	267	300	2,417
Direcção de Informação	235	68	-	-	-	303
Direcção de Administração e Finanças	151	922	-	60	300	1,432
Direcção de Programação	149	70	-	96	-	314
Direcção de Apoio Técnico	200	56	-	111	-	367
Comissão Nacional de Eleições	542	2,185	6,000	37	-	8,764
Comissão Nacional de Eleições	542	2,185	6,000	37	-	8,764
Comissão Anti-Corrupção	388	929	-	276	-	1,593
Comissão Anti-Corrupção	388	929	-	276	-	1,593
Comissão da Função Pública	684	2,026	-	60	-	2,770

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Comissão da Função Pública	684	2,026	-	60	-	2,770
Universidade Nacional Timor Lorosa'e	6,697	3,640	-	174	700	11,211
Universidade Nacional Timor Lorosa'e	6,697	3,640	-	174	700	11,211
Total Instituições Extintas	66	207	-	-	-	273
Secretaria de Estado para o Apoio e Promoção do Sector Privado	3	96	-	-	-	99
Gabinete da Secretária de Estado	3	96	-	-	-	99
Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação	-	-	-	-	-	-
Gabinete do Secretário de Estado para os Assuntos da ASEAN	-	-	-	-	-	-
Ministério da Justiça	6	2	-	-	-	7
Gabinete do Vice-Ministro	6	2	-	-	-	7
Ministério da Solidariedade Social	7	13	-	-	-	20
Gabinete do Secretário de Estado para os Assuntos dos Antigos Combatentes da Libertação Nacional	5	13	-	-	-	18
Gabinete do Secretário de Estado da Segurança Social	1	-	-	-	-	1
Ministério da Educação	6	2	-	-	-	8
Gabinete do Vice-Ministro do Ensino Secundário	6	2	-	-	-	8
Ministério da Saúde	6	3	-	-	-	8
Gabinete da Vice-Ministra da Ética e Prestação de Serviços	6	3	-	-	-	8
Ministério da Administração Estatal	-	-	-	-	-	-
Gabinete do Secretário de Estado do Desenvolvimento Local	-	-	-	-	-	-
Ministério das Obras Públicas	3	1	-	-	-	4
Gabinete do Secretário de Estado de Água, Saneamento e Urbanização	3	1	-	-	-	4
Gabinete do Secretário de Estado da Electricidade	-	-	-	-	-	-
Gabinete do Secretário de Estado Obras Públicas	-	-	-	-	-	-
Ministério dos Transportes e Comunicações	7	4	-	-	-	11
Gabinete do Ministro	2	2	-	-	-	3
Gabinete do Vice-Ministro dos Transportes e Comunicações	5	3	-	-	-	8
Direcção-Geral dos Serviços Corporativos	-	-	-	-	-	-
Ministério da Agricultura	14	1	-	-	-	15
Gabinete do Secretário de Estado das Florestas e Conservação da Natureza	2	-	-	-	-	2
Gabinete do Secretário de Estado das Pescas	6	-	-	-	-	6

	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Gabinete do Secretário de Estado da Pecuária	6	1	-	-	-	7
Ministério do Comércio, Indústria e Ambiente	12	1	-	-	-	12
Gabinete Secretário Estado do Comércio	6	1	-	-	-	6
Gabinete Secretário de Estado da Indústria e Cooperativas	3	-	-	-	-	3
Gabinete do Secretário de Estado do Meio Ambiente	3	-	-	-	-	3
Ministério da Defesa e Segurança	3	84	-	-	-	87
Gabinete do Ministro	3	84	-	-	-	87
Gabinete do Secretaria de Estado da Defesa	-	-	-	-	-	-
Gabinete do Secretaria de Estado de Segurança	-	-	-	-	-	-
Primeiro-Ministro	-	-	-	-	-	-
Agência Planejamento de Estratégico Investimento (APEI)	-	-	-	-	-	-

ANEXO III
Serviços e Fundos Autônomos parcialmente financiados por receitas próprias dentro do Orçamento Geral do Estado para 2015 (US \$'000)

	Despesas	Receitas Próprias	Dotação do OGE
ANATL			
Salários e Vencimentos	374		
Bens e Serviços	551		
Transferências Públicas	-		
Capital Menor	-		
Capital de Desenvolvimento	-		
Total	925	2,077	(1,153)
APORTIL (Inc. Berlin Nakroma)			
Salários e Vencimentos	167		
Bens e Serviços	2,402		
Transferências Públicas	-		
Capital Menor	-		
Capital de Desenvolvimento	-		
Total	2,569	5,392	(2,823)
IGE			
Salários e Vencimentos	889		
Bens e Serviços	1,668		
Transferências Públicas	-		
Capital Menor	-		
Capital de Desenvolvimento	-		
Total	2,557	134	2,423
SAMES			
Salários e Vencimentos	227		
Bens e Serviços	363		
Transferências Públicas	-		
Capital Menor	45		
Capital de Desenvolvimento	-		
Total	635	1	634
Total Fundos Autônomos e Serviços	6,686	7,604	(918)
Autoridade da Região Administrativa Especial de Oe-cusse Ambeno (ARAEOA) e Zona Especial de Economia Social de Mercado de Oe-cusse Ambeno e Ataúro (ZEESM)			
	Despesas	Receitas Próprias	Dotação do OGE
Total	93,430	-	93,430

ANEXO IV
Dotações Orçamentais para 2015 do Fundo das Infraestruturas (US\$'000)

Nome do Programas/ Subprogramas	Despesas financiadas por saldo transitado de 2014	Salário e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências Públicas	Capital Menor	Capital Desenvolvimento (reforço em 2015)	Total das Despesas
Total Incluindo Empréstimos	11,100	-	-	-	-	356,201	367,301
Total Excluindo Empréstimos	-	-	-	-	-	297,301	297,301
Total Empréstimos	11,100	-	-	-	-	58,900	70,000
Programa de Agricultura e Pescas	-	-	-	-	-	7,236	7,236
Programa de Água e Saneamento	-	-	-	-	-	5,598	5,598
Programa Desenvolvimento Urbano e Rural	-	-	-	-	-	9,595	9,595
Programa de Edifícios Públicos	-	-	-	-	-	13,713	13,713
Programa de Sistema Financeiro e Suporte de Infraestruturas	-	-	-	-	-	19,135	19,135
Programa do Sector Juventude e Desporto	-	-	-	-	-	2,750	2,750
Programa do Sector Educação	-	-	-	-	-	7,962	7,962
Programa de Eletricidade	-	-	-	-	-	57,128	57,128
Programa Informática	-	-	-	-	-	1,400	1,400
Objectivo Desenvolvimento Milénio	-	-	-	-	-	8,500	8,500
Programa do Sector Saúde	-	-	-	-	-	3,996	3,996
Programa de Defesa e Segurança	-	-	-	-	-	11,046	11,046
Sub Programa Segurança	-	-	-	-	-	7,389	7,389
Sub Programa Defesa	-	-	-	-	-	3,657	3,657
Programa de Solidariedade Social	-	-	-	-	-	-	-
Programa Desenvolvimento Tasi Mane	-	-	-	-	-	35,081	35,081
Programa de Estradas	-	-	-	-	-	54,800	54,800
Programa de Pontes	-	-	-	-	-	11,317	11,317
Programa de Aeroportos	-	-	-	-	-	19,000	19,000
Programa de Portos	-	-	-	-	-	7,855	7,855
Programa de Desenvolvimento Região Oe-Cusse	-	-	-	-	-	-	-
Programa do Sector Turismo	-	-	-	-	-	1,000	1,000
Preparação de Desenhos e Supervisão-Novos Projetos	-	-	-	-	-	8,189	8,189
Programa de Transportes	-	-	-	-	-	12,000	12,000
Programa de Empréstimos	11,100	-	-	-	-	58,900	70,000

ANEXO V

Dotações Orçamentais para 2015 do Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano (US\$'000)

Nome do Programas/Subprogramas	Despesas financiadas por saldo transitado de 2014	Salário e Vencimento	Bens e Serviços (reforço em 2015)	Transferência Públicas	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	Total das Despesas
Total	2,100	-	38,984	-	-	-	41,084
Formação Profissional	300	-	9,819	-	-	-	10,119
Formação Técnica	100	-	3,698	-	-	-	3,798
Bolsas de Estudo	1,600	-	14,340	-	-	-	15,940
Outros Tipos de Formação	100	-	2,143	-	-	-	2,243
Assistência Técnica para Sector Judicial	-	-	5,010	-	-	-	5,010
Assistência Técnica para Ensino Terciário	-	-	3,974	-	-	-	3,974

Parte 4: Documentação Adicional de Apoio

4.1 Justificação para Transferências a partir do Fundo Petrolífero

O presente Orçamento de Estado Rectificativo de 2015 não aumenta o montante global de despesas nem requer o levantamento de montantes adicionais a partir do Fundo Petrolífero para lá dos já aprovados pelo Parlamento Nacional na Lei do Orçamento de Estado original para 2015. Assim sendo a justificação detalhada para os Levantamentos Excessivos contida na Lei do Orçamento de Estado original para 2015 continua relevante, pelo que não é necessário repeti-la aqui.

Preparado para o Governo da República Democrática de
Timor-Leste pelo Ministério das Finanças



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Edifício 5, 1.º Andar, Palácio do Governo, Díli, Timor-Leste

Phone - +670 3339510 Fax - +670 3331204

Website - www.mof.gov.tl